

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ESPECIALIZAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**

MODELO FLEURIET DE ANÁLISE DINÂMICA FINANCEIRA NA RCI BRASIL

Autora: Ana Carolina Novak

Orientador: Moisés Prates Silveira

CURITIBA

2012

ANA CAROLINA NOVAK

MODELO FLEURIET DE ANÁLISE DINÂMICA FINANCEIRA NA RCI BRASIL

Monografia apresentada ao Programa do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Contabilidade e Finanças.

Profº Orientador: Msc. Moises Prates Silveira.

CURITIBA

2012



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PARECER FINAL

NOME DO (A) ALUNO (A): ANA CAROLINA NOVAK

TÍTULO DO TRABALHO: MODELO FLEURIET DE ANÁLISE DINÂMICA FINANCEIRA NA RCI BRASIL

NOME DO PROFESSOR ORIENTADOR: MOISÉS PRATES SILVEIRA

PARECER DO PROFESSOR ORIENTADOR:

O estudo aborda a dinâmica financeira nas empresas (modelo Fleuriel) aplicado durante o período 2007 a 2012, baseado nos demonstrativos financeiros da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimentos RCI Brasil.

NOTA: 7,0 (Sete)

) ASSINATURA:

NOME DO PROFESSOR DESIGNADO: Márcia Maria dos Santos Bartolacci Espino

NOTA: 7,0 (sete)

) ASSINATURA:

CONCEITO FINAL: _____ ()

COORDENADOR DO CURSO: MOISÉS PRATES SILVEIRA

ASSINATURA: _____

DATA: ____/____/____

Dedico este trabalho a Deus, aos meus familiares, mestres, gestores e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus.

Sou grata aos meus pais Wanda e Pedro, e irmãos Felipe e Eduardo (*in memorian*).

Agradecida ao corpo docente da UFPR, especialmente aos Mestres Moisés Silveira e Márcia Espejo.

Obrigada aos grupos Renault e RCI Banque, e notadamente às empresas “do Brasil” pelo crescimento e oportunidade, aos gestores e colegas de trabalho.

Grata a todos os meus amigos cativados durante a minha carreira estudantil e profissional que não foram citados, em particular Andressa (*in memorian*).

“Bem-aventurado o homem que acha sabedoria, e o homem que adquire conhecimento”.

Provérbios 3:13

RESUMO: NOVAK, Ana. Modelo Fleuriet de Análise Dinâmica Financeira na RCI Brasil.

As Demonstrações Financeiras servem para facilitar a análise dos resultados e desempenhos da companhia e, estes métodos de análise de gerenciamento e projeções das sociedades também estão em atualização de seus conceitos. A nova abordagem da análise dinâmica do Modelo Fleuriet, estudado sobre as empresas brasileiras, critica a estática da análise tradicional. Reclassifica os elementos patrimoniais agrupando em três naturezas de contas - cíclicas operacionais e, em contas erráticas entre financeiras e não circulantes. Apresenta três contemporâneos índices - de Necessidade de Capital de Giro; de Saldo de Tesouraria e de Capital Permanente Líquido. E diagnostica seis tipologias sobre a situação financeira da entidade. O trabalho justaposto a uma metodologia de pesquisa científica instrui em estudo de caso, exploratório e qualitativo e, fundamentado em artigos científicos de revista do conselho contábil e no próprio livro do autor, objetiva a análise do resultado da aplicação do Modelo Fleuriet sobre as demonstrações financeiras de seis períodos da Cia RCI Brasil.

Palavras chaves: Modelo Fleuriet, Análise Dinâmica Financeira, RCI Brasil).

ABSTRACT: NOVAK, Ana. Fleuriet Dynamic Financial Analysis of RCI in Brazil.

The Financial Statements are to facilitate the analysis of the results and performance of the company, and these methods of analysis and projections of management companies are also updating their concepts. A new approach to dynamic analysis Model Fleuriet, studied on Brazilian companies, criticizes the traditional static analysis. Reclassifies the heritage elements grouped into three kinds of accounts - operating cyclical and erratic accounts between financial and non-current. Presents three contemporary indices - Need of Working Capital; Balance Treasury and Capital Permanent Income. And six diagnostic typologies on the entity's financial situation. The work juxtaposed a scientific research methodology instructs in case study, exploratory qualitative and based on scientific articles from the magazine's board book and in the book the author aims to analyze the result of applying the model Fleuriet over financial six periods of RCI Brazil Cia.

Keywords for search: Fleuriet Model, Dynamic Analysis, RCI Brazil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	9
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	11
1.3	OBJETIVOS.....	12
1.3.1	Objetivo Geral.....	12
1.3.2	Objetivos Específicos.....	12
1.4	JUSTIFICATIVA.....	13
1.5	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	13
1.6	ESTRUTURA DO TRABALHO	14
2	REVISÃO DE LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICO	15
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	20
3.1.1	Abordagem do problema	20
3.1.2	Objetivos da pesquisa.....	20
3.1.3	Procedimentos técnicos.....	21
4	ANÁLISE DADOS - ESTUDO DE CASO	22
5	CONCLUSÕES	33
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
7	ANEXOS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Juridicamente disposto sobre as Sociedades por Ações na LEI Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe o CAPÍTULO XV sobre o Exercício Social e Demonstrações Financeiras. A SEÇÃO III e Art. 178. ... “as contas serão classificadas segundo os elementos que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.”¹

As Demonstrações Financeiras são imprescindíveis para o sucesso na condução de quaisquer portes ou atividades. O procedimento de avaliação detalhado dos resultados e desempenhos obtidos da análise das informações contidas nas demonstrações contábeis sobre a situação detecta os pontos fortes e fracos do procedimento financeiro e operacional e projeta alternativas de direção futuras a serem gerenciadas pelos gestores.

O trabalho tem como objetivo principal analisar o resultado da aplicação da abordagem dinâmica do Modelo Fleuriet nas demonstrações financeiras de seis períodos findos da Companhia RCI Brasil.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

As limitações dos modelos de análises tradicionais e seus índices, principalmente os de liquidez foram criticados, pelo professor francês Fleuriet (1978), pois a interpretação tende a ser uma visão estática e momentânea. Com a Fundação Dom Cabral e pesquisadores, Ricardo Kehdy e Georges Blanc, Fleuriet desenvolveu uma metodologia para o capital de giro, com uma nova abordagem e enfoque no giro e na liquidez. Adaptável a um cenário de constante mutação e imprevisibilidade, compatível com o dinamismo do cotidiano empresarial e estruturas

¹ Distrito Federal, Brasília. **LEI Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União, Brasília, 15 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm>. Acesso em: 14/08/2012.

financeiras brasileiras, o Modelo Fleuriet também é denominado Análise Dinâmica Financeira.

Conforme Fleuriet (2003) o modelo é utilizado pelo Serasa (1968) é hoje uma das maiores empresas de análises de crédito e informações econômico financeiras e cadastrais do mundo, prestando informações ágeis, precisas e confiáveis para os bancos brasileiros.²

De acordo com o site oficial da montadora da companhia estudada, o mercado de atuação e o contexto operacional da RCI Banque é o grupo financeiro da Renault, Nissan, Samsung Motors, Dacia, e Infiniti, em mais de 20 países e, no Brasil é formado por quatro instituições: Cia. de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil SA, Cia. de Arrendamento Mercantil RCI Brasil SA, Administradora de Consórcio RCI Brasil Ltda. e Corretora de Seguros RCI Brasil Ltda. - também integrante do Conglomerado Santander.³

Constituída na forma de sociedade anônima, iniciou em junho do ano 2000 com a prática das operações de crédito que são produtos financeiros que visam sustentar o crescimento das marcas das fábricas de automóveis Renault e Nissan com o financiamento e arrendamento de veículos zero quilômetro à rede de concessionárias e ao consumidor final.

Considerando ainda a conjuntura econômica do Relatório de Administração do 1º semestre de 2012 da Caixa Econômica Federal informa.⁴

No Brasil, a composição entre a valorização do dólar frente ao real e a queda nos preços das commodities (à exceção dos cereais) não tem favorecido a balança comercial, que apresenta queda no saldo positivo. O investimento estrangeiro direto permanece como a principal fonte de financiamento dos déficits em transações correntes.

² FLEURIET, Michel, KEHDY, Ricardo, BLANC, Georges. **O Modelo Fleuriet A Dinâmica Financeira das Empresas Brasileiras** Um novo método de análise, orçamento e planejamento financeiros. Rio de Janeiro: Editora Campus. 2003.

³ RENAULT DO BRASIL. Curitiba. **Serviços Financeiros.** Disponível em <<http://www.renault.com.br/servicos-financeiros/financiamento/financiamento/financeira-renault/index.jsp>>. Acesso em: 14/08/2012.

⁴ CEF. Brasília. **Relatório da Administração 1S12.** Disponível em <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/caixa_demfinanc/RELATÓRIO_DA_ADMINISTRAÇÃO_O_1S12.PDF>. Acesso em: 14/08/2012.

A atividade econômica apresenta crescimento modesto, mas abaixo de seu nível potencial. O mercado de trabalho encontra-se aquecido, com taxa de desemprego em níveis historicamente baixos e elevação dos rendimentos.

O mercado de crédito vem demonstrando recuperação. Apesar de a inadimplência continuar em patamar elevado, o avanço nos estoques é positivo e já ultrapassa a marca de 50% do PIB. O endividamento familiar também aumentou, entretanto, melhorou a composição do comprometimento da renda, com redução da parcela referente ao pagamento de juros.

Nesse cenário, os preços domésticos mostram moderação da inflação acumulada em doze meses, com redução do IPCA, convergindo para a meta.

O Banco Central tem aplicado a política de ajuste da taxa básica de juros, dando continuidade ao ciclo de queda. A Selic meta iniciou 2012 em 10,50%, sendo que, ao final do semestre, já se encontrava em 8,50%.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Segundo Gil (1996, p. 27) determinado por razões seja de ordem prática ou intelectual, a formulação do problema precisa ser resolvida com relação à temática estabelecida para a pesquisa.⁵

Exige regras que facilitem a identificação, conquanto a escolha de um tema que por si só não constitui um problema, ao formular perguntas sobre o tema, provoca-se a problematização,

Uma boa pergunta de pesquisa é caracterizada por apresentar estrutura e concisa de conceitos definidos operacionalmente no âmbito objetivo de ciências úteis que se refiram diretamente ao empirismo com domínio tecnológico adequado para coleta de dados necessários a resolução delimitada aos meios disponíveis para a investigação.

⁵ GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996

Diante da situação posta, a questão de pesquisa orientativa da presente investigação é a seguinte: **Quais são os resultados do Modelo Dinâmico de Análise de Capital de Giro de Fleuriet aplicados às demonstrações financeiras auditadas e divulgadas dos períodos findos em 30 de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2007 da Companhia De Crédito, Financiamento E Investimento RCI Brasil?**

1.3 OBJETIVOS

Conforme Gil (1996, p. 145) O objetivo indica o que é pretendido com o desenvolvimento da pesquisa e quais os resultados que se procura alcançar.

1.3.1 Objetivo Geral

Coerente com a questão de pesquisa descreve o desígnio universal da pesquisa.

Analisar o resultado do Modelo Dinâmico de Análise de Capital de Giro de Fleuriet aplicados às demonstrações financeiras auditadas e divulgadas dos períodos findos em 30 de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2007 da Companhia De Crédito, Financiamento E Investimento RCI Brasil.

1.3.2 Objetivos Específicos

Retomando a questão de pesquisa afirma a totalidade do objeto em quatro detalhes que coincidem com o cronograma de desenvolvimento da pesquisa.

a) Planejar o trabalho estruturando no papel e identificar as referências informativas bibliográficas e fontes documentais para a pesquisa;

- b) Indicar a coleta de dados significativos que possibilitem fornecer a obtenção de respostas adequadas à solução do problema proposto para elaborar técnicas de coleta e tabulação das informações;
- c) Analisar e interpretar os dados obtidos comparando com consultas de trabalhos de natureza teórica empírica e/ou comprovada e relacionar os dados obtidos entre o problema proposto;
- d) Redigir o relatório para expor o problema, indicar referências sobre o tema, contextualizar as teses propostas e evidenciar a solução.

1.4 JUSTIFICATIVA

Ressaltam-se fatores que determinam a escolha do tema preposto para o, desenvolvimento do *feeling* analítico, com a capacitação profissional exigente no procedimento metodológico; atualização sobre o mercado com a educação continuada na experiência profissional contábil; curiosidade sobre distintos métodos de análises da área e; contribuição com a divulgação à Instituição de Ensino e à empresa estudada na possibilidade da prática no âmbito da realidade em diversas áreas da mesma por outros colaboradores.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com Gil (1996, p. 48) o delineamento refere-se ao planejamento, diagramação, previsão de análise e a interpretação da coleta de dados, considera o ambiente em que são coletados os dados e formas de controle das variáveis.

Delimitadas as unidades-caso a Companhia De Crédito, Financiamento E Investimento RCI Brasil SA e suas demonstrações financeiras auditadas pela

Deloitte Touche Tohmatsu. e divulgadas oficialmente pela matriz da França dos períodos findos em 30 de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2007.⁶

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

A pesquisa está estruturada o modelo de elaboração de projetos em conformidade com Gil (1996, p. 145) que exemplifica a aplicação às pesquisas acadêmicas e, composto em cinco capítulos textuais.

O primeiro capítulo apresenta os dados essenciais à identificação do projeto, contextualiza o tema, questão de problema, define o objetivo geral e os objetivos específicos, justifica as razões da realização, delimita e estrutura este trabalho.

O segundo capítulo revisa a literatura define o sistema de conceitos e referencia a teoria que fornece a orientação geral da pesquisa. O terceiro capítulo especifica os procedimentos metodológicos e classifica a pesquisa em abordagem do problema, objetivo da pesquisa e procedimentos técnicos.

O quarto capítulo demonstra a análise de informações sobre o estudo de caso e por último, o quinto capítulo textual finaliza e indica razões de ordem prática para futuras pesquisas.

As revisões e referências dos capítulos a seguir são fundamentadas por dois artigos científicos publicados no ano de 2003 e 2004 na Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro credenciada pela CAPES e pelo próprio autor do modelo de análise estudado

⁶ RCI BANQUE. França. **Publicações Demonstrações Financeiras RCI Banque Brasil**. Disponível em <<http://www.RCIbanque.com/implantations/implantations-bresil.php>>. Acesso em: 14/08/2012.

2 REVISÃO DE LITERATURA E REFERENCIAL TEÓRICO

A sinopse da conjuntura apresenta índices no âmbito econômico, os índices ou quocientes são constituídos da relação entre contas ou grupo destas das demonstrações contábeis, que visa evidenciar determinados aspectos econômico-financeiros, segundo Fleuriet (2003, p. 75) a análise simples de crédito calcula o índice de liquidez para a evolução no curso dos últimos exercícios (análise histórica), expõe PADOVEZE (2004) os índices são classificados tradicionalmente em: ⁷

- a) índices que medem a liquidez, ou seja, buscam evidenciar a capacidade de pagamento das obrigações em determinado momento;
- b) índices que medem a lucratividade e rentabilidade, para avaliação do desempenho econômico dos investimentos da empresa;
- c) índices que medem a atividade, para verificar o andamento dos principais elementos que decorrem e são necessários para as operações normais da empresa e;
- d) índices que medem o endividamento, para avaliar o risco financeiro da empresa em relação aos emprestadores dos recursos à entidade.

Diz Fleuriet (2003, p.3) que a nova classificação horizontal enfatiza os ciclos econômico e financeiro e fornece dados para a análise dinâmica em oposição à estática pela classificação tradicional, ou seja ainda mais (p.7), o tempo que leva para se realizar a rotação.

Em conformidade com Haroldo V. Brasil no livro Fleuriet dois conceitos básicos estruturam o modelo:

A “Necessidade de Capital de Giro” considera a dinâmica funcional, elimina o realizável para as rubricas de estoques e clientes, e conceitua as contas cíclicas

⁷ PADOVEZE, Clóvis Luís. KITZBERGER, Hurgor, **Integração do Modelo Fleuriet com a Abordagem Tradicional de Análise das Demonstrações Contábeis**. Rio de Janeiro, CRC Revista Pensar Contábil. Ano V I • Nº 23 • Fev/Abr - 2004. Disponível em <<http://webserver.crcrj.org.br/asscom/Pensarcontabil/revistaspdf/revista%2023.pdf>>. Acesso em: 14/08/2012.

das operações, ressalta Fleuriet, (2003, p. 7) que as saídas de caixa antes das entradas, cria a necessidade de aplicação permanente de fundos, que evidencia no balanço por uma diferença positiva entre o valor das contas cíclicas do ativo e do passivo, também (p. 55) a variação é rápida em consequência da atividade de exploração reflete suas operações correntes.

Ressalta Fleuriet, (2003, p. 11) o “Capital de Giro” é a diferença entre o passivo e o ativo não circulante, apenas parte dos fundos permanentes financia a NCG e grande parte financia aplicações à longo prazo, além disso (p. 55) a variação é lenta e ligada às decisões estratégicas que são tomadas, tendo em vista o futuro.

Afirma mais (p. 13) o “Saldo de Tesouraria” é a diferença entre o ativo e o passivo errático das contas que não estão diretamente ligadas à operação e valores se alteram de forma aleatória.

O “Efeito tesoura” explicita a defasagem entre o gradiente do aumento da NCG e o correspondente aumento dos fatores de financiamento dessa necessidade, por efeito do crescimento da inflação.

Fleuriet expõe (2003, p. 38) que ocorre quando as vendas da empresa crescem as taxas anuais elevadas; a relação da variação do NCG quociente vendas, mantém-se mais elevada do que o quociente autofinanciamento pelas vendas sendo ambas positivas; ou, fontes externas sendo empréstimos a longo prazo ou aumentos de capital social em dinheiro, exceto por ganho na alienação de bens, são usados para investimentos, que por sua vez diminuem o Capital de Giro.

Formulados os índices interdependentes que combinados resultaram em seis tipos de estruturas financeiras. O enfoque estático foi revisto e a partir da reclassificação dos elementos patrimoniais em três naturezas: contas cíclicas operacionais, contas erráticas entre financeiros e não circulantes.

Explana a mestre em contabilidade Monteiro, bem seu artigo científico (2003):⁸

O Capital de Giro (CDG) é a diferença entre os Passivos Não Circulantes (PNC) e os Ativos Não Circulantes (ANC). Como PNC, estão inclusos os Passivos

⁸ MONTEIRO, Andréa Alves Silveira. **Fluxos de Caixa e Capital de Giro - Uma adaptação do Modelo de Fleuriet**. Rio de Janeiro. CRC Revista Pensar Contábil. Ano V I • Nº 20 • Mai/Jun, 2003. Disponível em <<http://webserver.crcrj.org.br/asscom/Pensarcontabil/revistaspdf/revista%2020.pdf>>. Acesso em: 14/08/2012.

Exigíveis a Longo Prazo e o Patrimônio Líquido, já o ANC, considera os Ativos Realizáveis a Longo Prazo e o Ativo Permanente. O CDG possui o mesmo valor absoluto que o Capital Circulante Líquido (CCL), apenas seu cálculo é realizado de maneira diferente (Fleuriet, 2003, p.8 13). Metaforicamente, o CCL é o reflexo no espelho do CPL: imagens iguais para composições diferentes. Este termo é entendido por alguns autores como sinônimo de Capital de Giro Líquido e de Capital Circulante Líquido. Adotando-se a definição Capital Permanente Líquido (CPL) para melhor diferenciar do termo Capital Circulante Líquido. Quando o CPL é positivo, significa que as origens de recursos de longo prazo e o capital próprio superam o valor investido em longo prazo, destinando esta sobra para o CCL. Se o CPL é negativo, as aplicações de longo prazo utilizam recursos de curto prazo.

A Necessidade de Capital de Giro (NCG) é a diferença entre Ativos e Passivos Operacionais. É positiva quando o ciclo operacional for maior que o prazo médio de pagamento e negativa quando o contrário ocorrer. A NCG tende a ser positiva e diretamente crescente em relação à evolução das vendas, se o volume de negócios cresce a demanda de investimento em giro também aumenta. Neste sentido, o CPL precisa acompanhar esta evolução, fazendo face ao lastro necessário para o crescimento das operações. Quando isto não ocorre, a empresa tende a utilizar capital financeiro de curto prazo e a apresentar Saldo de Tesouraria negativo, apesar do crescimento das vendas. Este fenômeno, conhecido como “Efeito Tesoura”, foi tratado por Fleuriet como evidencia da interdependência das variáveis por ele isoladas.

O Saldo de Tesouraria (T) é a diferença entre os Ativos Financeiros (AF) e Passivos Financeiros (PF) de Curto Prazo, e será positiva quando os AF forem superiores aos PF e negativa quando o contrário ocorrer. As decisões operacionais e as políticas de autofinanciamento são determinantes de T.

A partir da combinação das variáveis CPL, NCG e T, Fleuriet diagnosticou 6 tipos de situações financeiras. Originalmente, sua obra demonstrou 4 tipos, fazendo apenas menção a mais dois que posteriormente, foram estudados por Braga.

Organizam-se as combinações das variáveis, propondo uma tabela-resumo dos seis tipos de estruturas financeiras para a demonstração lógica da compatibilidade entre as demonstrações financeiras e a tipologia da estrutura financeira pelo Modelo Fleuriet.

Tipo	CPL	=	T	+	NCG	Interpretação
1	+	=	+	+	-	Situação de Excelente Liquidez
2	+	=	+	+	+	Situação Financeira Sólida
3	+	=	-	+	+	Situação Financeira Insatisfatória
4	-	=	+	+	-	Alto Risco de Insolvência
5	-	=	-	+	-	Situação Financeira Muito Ruim
6	-	=	-	+	+	Péssimo

Fonte: Monteiro (2003)

Estes são os fatores que contribuem para a modificação das variáveis:

Variável	Característica	Aumenta com	Diminui com
De natureza operacional NCG = Ativos Cíclicos – Passivos Cíclicos	Positiva (desfavorável): o ciclo operacional é mais longo que o prazo médio de pagamento, necessitando de investimento em giro operacional. Negativa (favorável): o ciclo operacional é menor que o prazo médio de pagamento, representando recursos financiados por terceiros (não onerosos).	Crescimento no volume de vendas Esticamento da estocagem Esticamento do processo de produção Políticas de crédito agressivas, com aumento do prazo de recebimento Redução do prazo de pagamento	Redução das Vendas Velocidade no giro dos estoques Velocidade no processo produtivo Políticas de crédito mais conservadora Esticamento do prazo com fornecedores
De natureza estratégica e operacional CPL = Passivos Não Circulantes – Ativos Não Circulantes = CCL = NCG + T	Função espelho com o CCL. Aumenta-se o CPL, aumenta o CCL. Diminui-se o CPL, diminui o CCL. Positiva (favorável): fonte líquida de recursos de permanentes, dando fôlego ao CCL. Neste caso, situação favorável. Negativa (desfavorável): aplicação em itens permanentes. Incapacidade da empresa de ter giro com capital próprio ou de longo prazo.	Geração de Lucros Aporte de Capital Captação de recursos onerosos de longo prazo Diminuição de investimentos em Ativos Não Circulantes	Geração de Prejuízo Retirada de Capital Distribuição de Lucros Amortização de financiamentos Aumento de Investimentos em Ativos Não Circulantes
De natureza errática T = Ativos Financeiros – Passivos Financeiros = CPL – NCG	Dependentes do NCG e do CPL. Positiva (favorável): empresa com sobra de recursos financeiros de curto prazo. Negativa (desfavorável): empresa dependente de recursos financeiros de curto prazo.	Aumento do CCL Redução do NCG	Redução do CCL Aumento da NCG

Fonte: adaptado de Joanília Cia (1988) segundo Monteiro (2003)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Apresentam-se as fases básicas para a maneira de como é realizada a pesquisa

Planejar o trabalho e tipificar de delineamento bibliográfico para orientar os procedimentos seguintes correspondentes ao desenvolvimento que se pretende e identificar as fontes documentais e referências informativas bibliográficas necessárias que possibilitem fornecer a obtenção de respostas adequadas à solução do problema proposto;

Planificar a população e amostragem de dados a partir de referência informativas e dados estáveis documentais reelaborados, inclusive obter de informações acerca de técnicas e tabulações, elaborar os instrumentos eficientes para obtenção de dados significativos;

Analisar dados com a interpretação dos resultados, mediante a consulta a trabalhos de natureza teórica e a comparação dos dados obtidos com os fornecidos por outros estudos. Relacionar o que o autor afirma com o problema para o qual se propõe uma solução.

Provisionar a forma de apresentação dos resultados expõe o problema que deu origem à investigação, a delimitação de seus objetivos, a indicação dos trabalhos já publicados sobre o tema, no contexto procede-se ao desenvolvimento, e, finalmente, evidenciar as conquistas alcanças com o estudo.

Sobre a leitura da pesquisa bibliográfica, Gil (1996, p. 67) identificar os dados obtidos do material; estabelecer relações destes com o problema proposto e analisar a consistências apresentados pelos autores.

Ainda mais sobre a leitura analítica ordenar e sumariar as informações das fontes selecionadas para identificar as intenções do autor e fazer apontamentos pertinentes.

Diz Gil (1996, p. 58) o estudo de caso propicia descobertas, as quatro fases de delineamento são simples, não obstante exige do pesquisador mais capacitação comparadas com os exigidos por outros procedimentos técnicos.

Analizando as vantagens e limitações dos procedimentos técnicos. As limitações o dificultam o estudo de caso, devido à inexistência de limites concretos

na definição do objeto, determinação da quantidade de informações, generalização dos resultados obtidos e elementos a constar no relatório.

Todavia, é um desafio ao pesquisador de iniciação desenvolver a capacitação de interpretação, apresentar um estudo de caso esclarecido e seu respectivo relatório conciso.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Apresentam-se os critérios básicos para classificação das pesquisas em relação aos procedimentos metodológicos.

3.1.1 Abordagem do problema

Ressalta Gil (1996, p. 123) considera a qualidade da amostra e as limitações dos dados obtidos dela.

O enfoque para a questão de pesquisa é suscetível à solução no contexto da análise crítica de abordagem qualitativa com uma única ou duas boas amostragens. Os procedimentos de leitura fundamentam conclusões produzidas por dados categorizados referentes às fontes bibliográficas, além de procedimentos de observação, realização de entrevistas e história de vida, sobretudo para casos específicos.

3.1.2 Objetivos da pesquisa

Afirma Gil (1996, p. 45) a pesquisa exploratória familiariza-se com o problema, torna mais explícito ou constrói hipóteses, na maioria o procedimento técnico é pesquisa bibliográfica ou estudo de caso.

Com base nos objetivos gerais da iniciação, a pesquisa exploratória seja para a confirmação ou a repetição para aprendizado, já derivado de conhecimento de pesquisadores que investigaram anteriormente o tema, principia o aprimoramento de ideias e descoberta de intuições.

3.1.3 Procedimentos técnicos

Expõe Gil (1996, p. 121) os seguintes aspectos técnicos: no estudo de caso a delimitação da unidade-caso é definida à medida que se tornam úteis para a pesquisa; uma das coletas de dados mais usuais constitui a análise de documentos; cotejada com informações obtidas a partir fontes fidedignas pela pesquisa científica; utilizar categorização analítica de reconhecido valor; assim como convém que o relatório seja esclarecido e suas teorias devidamente fundamentadas, para que o leitor possa analisar a qualidade dos resultados apresentados.

A delimitação da unidade-caso, ou, a totalidade de um objeto é definida dentro da construção intelectual, sendo uma pessoa física ou jurídica, uma sociedade ou processo. A coleta de dados exige do pesquisador intuição e percepções da suficiência de informações necessárias para a compreensão. A interpretação dos dados é um dos procedimentos utilizados. E, os relatórios de conclusões que são derivados de provas qualitativas, cujas generalizações têm racional ou razoável grau de aceitação termos de probabilidade.

4 ANÁLISE DADOS - ESTUDO DE CASO

Estes procedimentos permitem interpretar as decisões operacionais, táticas e estratégicas dos gestores identificarem suas consequências e nortear os rumos para o futuro.

O acompanhamento do comportamento destas variáveis e a relação entre elas pode representar a diferença entre o fracasso e o sucesso da gestão financeira de uma empresa. Para tanto, há necessidade que de esta ação seja preventiva e dinâmica como o próprio modelo propõem.

Confere ao relatório a transparência e a consistência informacional suficientes para sustentar a interpretação por parte dos usuários sejam eles internos ou externos.

A aplicação do modelo baseou-se nos seguintes procedimentos:

(a) seleção das Demonstrações Financeiras e transcrição das mesmas para uma planilha eletrônica (Excel); (b) reorganização do Balanço Patrimonial em: cíclico, financeiro e não circulante; (c) isolamento das variáveis: NCG, ST e CPL; (d) aplicação da tabela resumo dos diagnósticos sobre o Balanço Patrimonial; (e) comparação entre os resultados anuais da aplicação anterior (f) verificação da consistência do diagnóstico obtido pelo confronto com as informações divulgações sobre a situação da empresa; e (g) conclusões sobre os testes.

(a) seleção das Demonstrações Financeiras e transcrição das mesmas para uma planilha eletrônica (Excel);

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2007						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
Nota	31/06/2012	31/12/11	31/12/10	31/12/09	31/12/08	31/12/07
Total do Ativo	6.258.562	4.533.347	2.595.634	1.960.707	1.413.652	1.349.687
Ativo Circulante	3.899.399	3.083.198	1.822.311	1.039.582	1.024.455	946.202
Disponibilidades	40.179	10.350	8.241	4.816	640	491
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	296.645	91.538	98.548	7.700	14.000	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	296.645	91.538	98.548	7.700	14.000	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	344	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	344	-	-	-	-
Relações Interfinanceiras	213.702	241.660	215.389	-	-	-
Depósitos no Banco Central	213.702	241.660	215.389	-	-	-
Operações de Crédito	3.238.824	2.699.425	1.465.744	999.362	972.070	920.501
Setor Privado	3.273.796	2.723.342	1.490.023	1.030.508	995.746	944.693
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(34.972)	(23.917)	(24.279)	(31.146)	(23.676)	(24.192)
Outros Créditos	102.801	37.423	34.337	26.712	34.778	16.833
Rendas a Receber	385	715	975	4.500	-	-
Créditos Tributários	20.532	20.810	15.134	14.264	9.189	9.889
Diversos	81.884	15.898	18.228	7.948	25.589	6.944
Outros Valores e Bens - Despesas Antecipadas	7.248	2.458	52	992	2.967	8.377
Outros Valores e Bens	25	25	30	30	165	535
(Provisões para Desvalorizações)	(25)	(25)	(30)	(30)	(117)	(27)
Despesas Antecipadas	7.248	2.458	52	992	2.919	7.869

Ativo Não Circulante	2.359.163	1.450.149	773.323	921.125	389.197	403.485
Realizável a Longo Prazo	1.770.722	1.448.998	772.306	920.094	387.835	401.227
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	250.408	236.662	-	-	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	250.408	236.662	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.690	-	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.690					
Operações de Crédito	1.437.584	1.166.272	744.819	896.581	365.397	369.933
Setor Privado	1.456.938	1.180.842	754.364	905.949	374.621	380.752
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(19.354)	(14.570)	(9.545)	(9.368)	(9.224)	(10.819)
Outros Créditos	48.252	33.146	27.142	22.983	20.284	25.048
Créditos Tributários	24.668	15.017	14.525	16.260	14.783	19.660
Diversos	23.584	18.129	12.617	6.723	5.501	5.388
Outros Valores e Bens	26.788	12.918	345	530	2.154	6.246
Despesas Antecipadas	26.788	12.918	345	530	2.154	6.246
Investimentos	586.902	-	-	-	-	-
Participação em Controlada	586.902					
Imobilizado de Uso	965	846	546	504	876	1.938
Outras Imobilizações de Uso	2.034	1.832	1.644	1.495	1.820	3.235
(Depreciações Acumuladas)	(1.069)	(986)	(1.098)	(991)	(944)	(1.297)
Intangível	574	305	471	527	486	320
Ativos Intangíveis	2.458	2.109	2.106	2.009	1.834	1.205
(Amortizações Acumuladas)	(1.884)	(1.804)	(1.635)	(1.482)	(1.348)	(885)

Total do Passivo	6.258.562	4.533.347	2.595.634	1.960.707	1.413.652	1.349.687
Passivo Circulante	2.880.490	2.370.575	1.311.962	1.087.432	715.533	841.485
Depósitos	2.058.320	1.987.644	938.136	887.604	656.199	689.634
Depósitos Interfinanceiros	2.058.320	1.893.141	938.136	887.604	656.199	689.634
Depósitos a prazo		94.503	-	-	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	697.252	233.904	259.160	101.921	26.098	111.811
Recursos de Aceites Cambiais	697.252	233.904	259.160	101.921	26.098	111.811
Outras Obrigações	124.918	149.027	114.666	97.907	33.236	40.040
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.172	1.901	967	627	743	129
Sociais e Estatutárias	20.323	14.126	52.177	11.698	9.654	8.878
Fiscais e Previdenciárias	28.435	22.402	23.470	19.372	7.019	16.543
Instrumentos Financeiros de Derivativos	9.758	-	-	-	-	-
Diversas	64.230	110.598	38.052	66.210	15.820	14.490
Passivo Não Circulante	2.470.085	1.851.336	1.013.518	617.710	490.797	333.486
Exigível a Longo Prazo	2.470.085	1.851.336	1.013.518	617.710	490.797	333.486
Depósitos	864.260	664.229	581.691	218.258	327.219	254.918
Depósitos Interfinanceiros	864.260	664.229	499.368	146.545	327.219	254.918
Depósitos a prazo		-	82.323	71.713	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.435.525	1.098.027	351.690	367.803	122.350	65.761
Recursos de Aceites Cambiais	586.814	471.881	351.690	367.803	122.350	65.761
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	848.711	626.146	-	-	-	-
Outras Obrigações	170.300	89.080	80.137	31.649	41.228	12.807
Fiscais e Previdenciárias	22.472	17.416	11.028	5.296	753	252
Instrumentos Financeiros Derivativos	81	90	-	-	-	-
Diversas	147.747	71.574	69.109	26.353	40.475	12.555
Patrimônio Líquido	907.987	311.436	270.154	255.565	207.322	174.716
Capital Social:	713.684	145.733	145.733	145.692	139.143	132.022
De Domiciliados no País	284.713	58.152	58.177	58.136	55.563	56.188
De Domiciliados no Exterior	428.971	87.581	87.556	87.556	83.580	75.834
Reservas de Capital		-	-	41	41	41
Reservas de Lucros	194.303	165.703	124.421	109.832	68.138	42.653

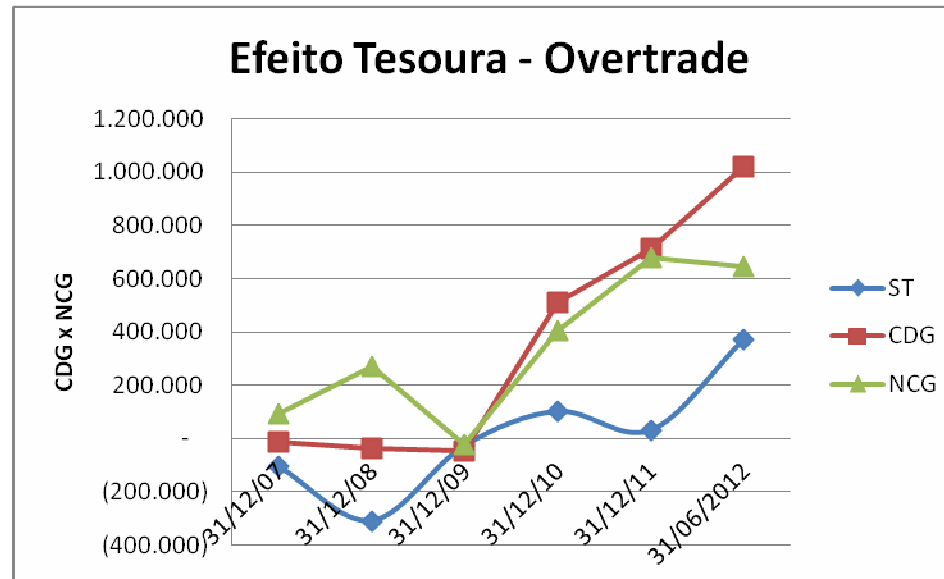
(b) reorganização do Balanço Patrimonial em: cíclico, financeiro e não circulante;

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2007						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
Nota	31/06/2012	31/12/11	31/12/10	31/12/09	31/12/08	31/12/07
Total do Ativo	6.258.562	4.533.347	2.595.634	1.960.707	1.413.652	1.349.687
(ACF) Contas Erráticas do Ativo ou Cíclicas Financeiras	<u>446.873</u>	<u>142.113</u>	<u>141.178</u>	<u>40.220</u>	<u>52.385</u>	<u>25.701</u>
Disponibilidades	40.179	10.350	8.241	4.816	640	491
Aplicações em Depósitos Interfinanceiras de Liquidez	296.645	91.538	98.548	7.700	14.000	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	344	-	-	-	-
Outros Créditos	<u>102.801</u>	<u>37.423</u>	<u>34.337</u>	<u>26.712</u>	<u>34.778</u>	<u>16.833</u>
Rendas a Receber	385	715	975	4.500	-	-
Créditos Tributários	20.532	20.810	15.134	14.264	9.189	9.889
Diversos	81.884	15.898	18.228	7.948	25.589	6.944
Outros Valores e Bens - Despesas Antecipadas	7.248	2.458	52	992	2.967	8.377
(ACC) Contas Cíclicas do Ativo	<u>3.452.526</u>	<u>2.941.085</u>	<u>1.681.133</u>	<u>999.362</u>	<u>972.070</u>	<u>920.501</u>
Relações Interfinanceiras - Depósitos no Banco Central	213.702	241.660	215.389	-	-	-
Operações de Crédito - Setor Privado (Líquido)	3.238.824	2.699.425	1.465.744	999.362	972.070	920.501
(ANC) Contas Não Cíclicas do Ativo	2.359.163	1.450.149	773.323	921.125	389.197	403.485
Realizável a Longo Prazo	<u>1.770.722</u>	<u>1.448.998</u>	<u>772.306</u>	<u>920.094</u>	<u>387.835</u>	<u>401.227</u>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiras de Liquidez	250.408	236.662	-	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.690	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Setor Privado	1.437.584	1.166.272	744.819	896.581	365.397	369.933
Outros Créditos	<u>48.252</u>	<u>33.146</u>	<u>27.142</u>	<u>22.983</u>	<u>20.284</u>	<u>25.048</u>
Créditos Tributários	24.668	15.017	14.525	16.260	14.783	19.660
Diversos	23.584	18.129	12.617	6.723	5.501	5.388
Outros Valores e Bens - Despesas Antecipadas	26.788	12.918	345	530	2.154	6.246
Investimentos - Participação em Controlada	586.902	-	-	-	-	-
Imobilizado de Uso (Líquido)	965	846	546	504	876	1.938
Intangível (Líquido)	574	305	471	527	486	320

Total do Passivo	6.258.562	4.533.347	2.595.634	1.960.707	1.413.652	1.349.687
(PCO) Contas Erráticas do Passivo ou Cíclicas Onerosas	<u>73.988</u>	<u>110.598</u>	<u>38.052</u>	<u>66.210</u>	<u>15.820</u>	<u>14.490</u>
Outras Obrigações	<u>73.988</u>	<u>110.598</u>	<u>38.052</u>	<u>66.210</u>	<u>15.820</u>	<u>14.490</u>
Instrumentos Financeiros de Derivativos	9.758	-	-	-	-	-
Diversas	64.230	110.598	38.052	66.210	15.820	14.490
(PCC) Contas Cíclicas do Passivo	<u>2.806.502</u>	<u>2.259.977</u>	<u>1.273.910</u>	<u>1.021.222</u>	<u>699.713</u>	<u>826.995</u>
Depósitos Interfinanceiros e a prazo	2.058.320	1.987.644	938.136	887.604	656.199	689.634
Recursos de Aceites Cambiais e Emissão de Títulos	697.252	233.904	259.160	101.921	26.098	111.811
Outras Obrigações	<u>50.930</u>	<u>38.429</u>	<u>76.614</u>	<u>31.697</u>	<u>17.416</u>	<u>25.550</u>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.172	1.901	967	627	743	129
Sociais e Estatutárias	20.323	14.126	52.177	11.698	9.654	8.878
Fiscais e Previdenciárias	28.435	22.402	23.470	19.372	7.019	16.543
(PNC) Contas Não Cíclicas do Passivo	<u>3.378.072</u>	<u>2.162.772</u>	<u>1.283.672</u>	<u>873.275</u>	<u>698.119</u>	<u>508.202</u>
Exigível a Longo Prazo	2.470.085	1.851.336	1.013.518	617.710	490.797	333.486
Depósitos Interfinanceiros e a Prazo	864.260	664.229	581.691	218.258	327.219	254.918
Recursos de Aceites Cambiais e Emissão de Títulos	1.435.525	1.098.027	351.690	367.803	122.350	65.761
Outras Obrigações	<u>170.300</u>	<u>89.080</u>	<u>80.137</u>	<u>31.649</u>	<u>41.228</u>	<u>12.807</u>
Fiscais e Previdenciárias	22.472	17.416	11.028	5.296	753	252
Instrumentos Financeiros Derivativos	81	90	-	-	-	-
Diversas	147.747	71.574	69.109	26.353	40.475	12.555
Patrimônio Líquido	907.987	311.436	270.154	255.565	207.322	174.716
Capital Social Domiciliados no País e Exterior	713.684	145.733	145.733	145.692	139.143	132.022
Reservas de Capital		-	-	41	41	41
Reservas de Lucros	194.303	165.703	124.421	109.832	68.138	42.653

(c) isolamento das variáveis: NCG, ST e CPL;

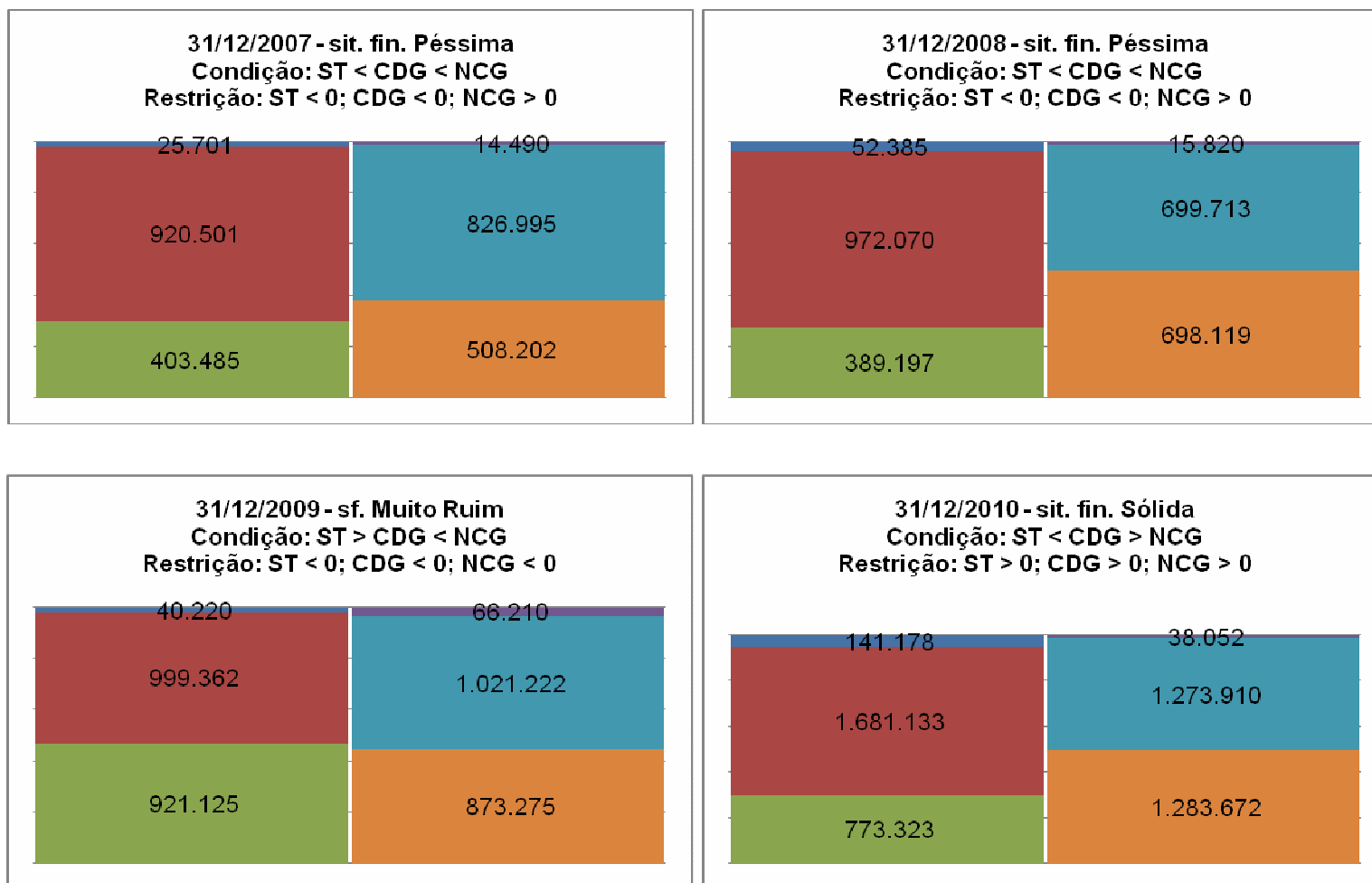
Resumo						
Contas	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	31/06/2012
(ACF) Contas Erráticas do Ativo ou Cíclicas Financeiras	25.701	52.385	40.220	141.178	142.113	446.873
(ACC) Contas Cíclicas do Ativo	920.501	972.070	999.362	1.681.133	2.941.085	3.452.526
(ANC) Contas Não Cíclicas do Ativo	403.485	389.197	921.125	773.323	1.450.149	2.359.163
(PCO) Contas Erráticas do Passivo ou Cíclicas Onerosas	14.490	15.820	66.210	38.052	110.598	73.988
(PCC) Contas Cíclicas do Passivo	826.995	699.713	1.021.222	1.273.910	2.259.977	2.806.502
(PNC) Contas Não Cíclicas do Passivo	508.202	698.119	873.275	1.283.672	2.162.772	3.378.072
ST	(104.717)	(308.922)	(25.990)	103.126	31.515	372.885
CDG	(11.211)	(36.565)	(47.850)	510.349	712.623	1.018.909
NCG	93.506	272.357	(21.860)	407.223	681.108	646.024
Imobilização do ANC/PNC	0,79	0,56	1,05	0,60	0,67	0,70
Financiamento das Operações Pop/Aop	0,90	0,72	1,02	0,76	0,77	0,81
Liquidacao de Erráticos Ae/Pe	1,77	3,31	0,61	3,71	1,28	6,04

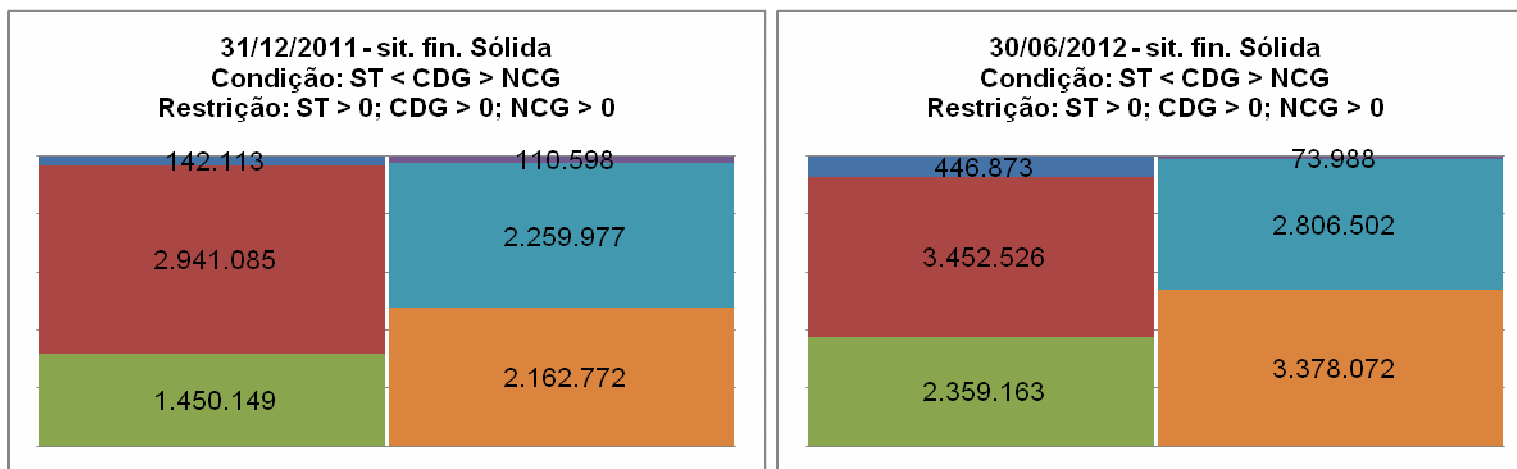


(d) aplicação da tabela resumo dos diagnósticos sobre o Balanço Patrimonial;

	Condição	Restrição
Excelente	$ST > CDG > NCG$	$ST > 0; CDG > 0; NCG < 0$
Sólida	$ST < CDG > NCG$	$ST > 0; CDG > 0; NCG > 0$
Insatisfatória	$ST < CDG < NCG$	$ST < 0; CDG > 0; NCG > 0$
Péssima	$ST < CDG < NCG$	$ST < 0; CDG < 0; NCG > 0$
Muito Ruim	$ST > CDG < NCG$	$ST < 0; CDG < 0; NCG < 0$
Alto Risco	$ST > CDG > NCG$	$ST > 0; CDG < 0; NCG < 0$

(e) comparação entre os resultados anuais da aplicação anterior.





(f) verificação da consistência do diagnóstico obtido pelo confronto com as informações divulgadas sobre a situação da empresa e

Em decorrência, verifica-se que os diagnósticos de Fleuriet podem ser aplicáveis para análise das demonstrações financeiras. O modelo também permite ratificar a situação divulgada pela RCI Brasil e ainda conhecer mais detidamente o comportamento de suas políticas estratégica, operacional e financeira. O gráfico demonstra a performance total, por meio da aplicação da análise, combinando as decisões estratégicas (CPL), operacionais (NCG) e financeiras (ST). Como segue:

1. Desempenho Geral: visualiza-se um sólido desempenho da RCI Brasil em **2012**. Conquanto apresente um Efeito Tesoura em **2009**, a situação do ano de **2010** administrou uma estrutura financeira com a revisão das estratégias presentes. Neste caso o ano de **2012** foi a mais eficiente, ainda que conte apenas com seis meses; o comportamento veio melhorando no decorrer dos anos.

2. Decisões Estratégicas: o ano de **2008** foi a mais conservadora na realização de investimentos de longo prazo, demonstrado pela Imobilização do PNC.

3. Decisões Operacionais: podem ser sintetizadas pelo índice de financiamento dos Ativos e Passivos Operacionais. Indicou que o equilíbrio gradual após **2009**.

4. Decisões Financeiras: foram medidas pela capacidade de liquidação de Passivos com Ativos Erráticos Financeiros O ano de **2011** apresentou a melhor gestão de Tesouraria no período, ao excesso de saldo de **2010 e 2012**, recomenda-se uma aplicação da mesma. O índice médio dos anos é de **2,79**.

(g) conclusões sobre os testes;

Baseado nas demonstrações financeiras contábeis divulgados e publicados pelo Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, o patrimônio líquido pelo aumento de capital pela incorporação de ações da Cia de Arrendamento Mercantil Rci Brasil, convertida em subsidiária integral, o resultado do lucro líquido cada vez maior comparado ao ano anterior, os ativos totais representada pela carteira de créditos e a fonte de captação de recursos em depósitos interfinanceiros foram solidamente estruturados no gerenciamento do risco de crédito no decorrer dos anos.

5 CONCLUSÕES

As Demonstrações Financeiras são base para a avaliação dos desempenhos da situação da companhia, para tanto os métodos de análise tem seus conceitos atualizados para a gerenciamento de decisões futuras.

Devido a sua natureza dinâmica, o Modelo Fleuriet, com crítica distinta do tradicionalmente adotado, reclassifica os elementos patrimoniais, com três variáveis interdependentes: Necessidade de Capital de Giro(NCG); Saldo de Tesouraria (T) e Capital Permanente Líquido(CPL) e compõem seis tipos de diagnósticos sobre a situação financeira de uma empresa.

A pesquisa tem como objetivo analisar o resultado da aplicação do Modelo de Fleuriet nas demonstrações contábeis de seis períodos na RCI Brasil, e para tanto, apresentar uma revisão teórica sobre o Modelo Fleuriet.

Conclui a tipificação dos diagnósticos do Modelo Dinâmico de Capital de Giro, e que os resultados sobre a situação financeira concebida, a partir da aplicação do modelo, sinalizaram informações equivalentes àquelas divulgadas pela empresa ao mercado.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEF. Brasília. **Relatório da Administração 1S12.** Disponível em <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/caixa/caixa_demfinanc/RELATÓRIO_DA_ADMINISTRAÇÃO_1S12.PDF>. Acesso em: 14/08/2012.

FLEURIET, Michel, KEHDY, Ricardo, BLANC, Georges. **O Modelo Fleuriet A Dinâmica Financeira das Empresas Brasileiras** Um novo método de análise, orçamento e planejamento financeiros. Rio de Janeiro: Editora Campus. 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996

MONTEIRO, Andréa Alves Silveira. **Fluxos de Caixa e Capital de Giro - Uma adaptação do Modelo de Fleuriet.** Rio de Janeiro. CRC Revista Pensar Contábil. Ano V I • Nº 20 • Mai/Jun, 2003. Disponível em <<http://webserver.crcrj.org.br/asscom/Pensarcontabil/revistaspdf/revista%2020.pdf>>. Acesso em: 14/08/2012.

PADOVEZE, Clóvis Luís. KITZBERGER, Hurgor, **Integração do Modelo Fleuriet com a Abordagem Tradicional de Análise das Demonstrações Contábeis.** Rio de Janeiro, CRC Revista Pensar Contábil. Ano V I • Nº 23 • Fev/Abr - 2004. Disponível em <<http://webserver.crcrj.org.br/asscom/Pensarcontabil/revistaspdf/revista%2023.pdf>>. Acesso em: 14/08/2012.

PLANALTO, Distrito Federal. **LEI Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União, Brasília, 15 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm>. Acesso em: 14/08/2012.

RCI BANQUE. França. **Publicações Demonstrações Financeiras RCI Banque Brasil.** Disponível em <<http://www.RCibanque.com/implantations/implantations-bresil.php>>. Acesso em: 14/08/2012.

RENAULT DO BRASIL. Curitiba. **Serviços Financeiros.** Disponível em <<http://www.renault.com.br/servicos-financeiros/financiamento/financiamento/financeira-renault/index.jsp>>. Acesso em: 14/08/2012.

7 ANEXOS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

A Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI Brasil), Instituição integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objetivo principal a prática das operações de crédito, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, através do financiamento à rede de concessionárias e ao consumidor final.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido evoluiu para R\$908 milhões em 30 de junho de 2012, comparado ao montante de R\$294 milhões em 30 de junho de 2011, ocorrido principalmente pelo aumento de capital de R\$568 milhões em 31 de maio de 2012, decorrente da incorporação de ações na qual a Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil foi convertida em subsidiária integral da RCI Brasil. O lucro líquido apresentado no semestre foi de R\$49 milhões em comparação a R\$24 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2012, os ativos totais atingiram R\$6.259 milhões. Desse montante, R\$4.731 milhões são representados pela carteira de créditos.

A principal fonte de captação de recursos da Companhia foi em depósitos interfinanceiros que totalizou R\$2.923 milhões, em 30 de junho de 2012.

Conjuntura Econômica

Em junho, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o PIB do primeiro trimestre de 2012, que confirmou que a perda de fôlego da atividade econômica se acentuou no início deste ano, quando o crescimento desacelerou para 0,8%, vindo de 1,4% no último trimestre de 2011 (ambos na comparação com o mesmo período do ano anterior). A desaceleração, porém, foi bastante desigual, enquanto o investimento apresentou contração de 2,1% no primeiro trimestre, o consumo das famílias se expandiu em 2,5%, impulsionado pela baixa taxa de desemprego, pelos fortes ganhos reais de renda e pela expansão do crédito, ainda que mais moderada.

Apesar dos avanços da demanda, a inflação também perdeu parte do seu fôlego neste primeiro semestre. Em junho, o IPCA acumulava alta de 4,9% em 12 meses, significativamente abaixo dos 6,5% do fechamento de 2011. Parte deste movimento deriva do ambiente de desaceleração nas principais economias, que limita o potencial de alta de alguns preços internacionais importantes, como de commodities alimentícias e de energia. Outra parcela relevante desta desinflação está associada à alta mais contida de alguns preços de serviços públicos, como energia elétrica e transporte coletivo. Por fim, a redução do IPI para alguns produtos, parte de uma estratégia do governo para dar suporte ao crescimento, também trouxe algum alívio à inflação, ainda que temporário. A combinação de crescimento abaixo do potencial da economia brasileira e de inflação em declínio justificou novas rodadas de corte dos juros, levando a taxa básica (Selic) em junho ao seu menor nível até então - 8,5% a.a.

O crédito do sistema financeiro nacional continuou em alta, atingindo a marca de 50,6% do PIB em junho. A expansão do crédito segue mais moderada, porém continua robusta, na marca de 17,9% em relação ao mesmo mês de 2011. O financiamento imobiliário continua liderando esta expansão, com alta de 39% na mesma base de comparação, já considerados os financiamentos com recursos livres e direcionados, para construção ou aquisição de imóveis. Por outro lado, o financiamento para a aquisição de automóveis por pessoas físicas vem em um ritmo

bem mais lento, com alta de apenas 4,3% em relação a junho de 2011.

As contas externas brasileiras continuam apresentando boa evolução, mesmo diante do quadro menos favorável da economia internacional. O superávit comercial representou o ingresso líquido de US\$23,9 bilhões nos 12 meses encerrados em junho. Ao mesmo tempo, a moderação no crescimento brasileiro e a desvalorização cambial mantiveram relativamente contidas as despesas internacionais com serviços e renda (incluídas as despesas com viagens internacionais e as remessas de lucros e dividendos), resultando em uma pequena redução do déficit em transações correntes, para US\$51,8 bilhões (2,2% do PIB) nos doze meses até junho deste ano. Tal montante continua sendo mais que compensado pela entrada de investimentos estrangeiros diretos, que alcançou US\$63,9 bilhões no mesmo período. A despeito da instabilidade no mercado internacional, o país continua tendo acesso a financiamentos mais que suficientes para rolar seus vencimentos de dívida externa. Como resultado do ingresso líquido de recursos no país, o Bacen conseguiu avançar na política de elevação das reservas internacionais, que alcançaram o patamar de US\$373,9 bilhões em junho.

O financiamento externo bem equacionado não impediu, porém, que a moeda brasileira sentisse os efeitos da crise internacional. A combinação de aumento da aversão ao risco global, fuga para ativos de baixíssimo risco, queda dos preços das commodities exportadas pelo Brasil e redução do diferencial de juros do país em relação aos juros das principais economias culminou num enfraquecimento do Real, que encerrou o mês de junho cotado a R\$2,02/US\$. A desvalorização rápida do Real em um ambiente de stress internacional levou o Ministério da Fazenda a reverter parte das medidas que havia introduzido nos últimos meses para limitar o ingresso de Dólares no País, como a cobrança de IOF sobre empréstimos externos de prazo inferior a cinco anos (que agora voltou a incidir apenas sobre empréstimos de prazos menores que dois anos).

Nas contas públicas, o governo continuou a apresentar um robusto superávit primário (2,7% do PIB nos 12 meses encerrados em junho), mesmo com a desoneração de alguns setores, adotada para estimular a atividade econômica. Este desempenho permitiu que a dívida líquida do setor público continuasse em declínio, recuando para 35,1% do PIB em junho de 2012. O bom quadro desenhado pelos indicadores fiscais, somado à baixa vulnerabilidade externa, mantém o Brasil em boas condições de atravessar a atual turbulência internacional e dá suporte às perspectivas de crescimento continuado, ainda que temporariamente mais moderado.

Outras Informações

A RCI Brasil tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 381/2003, informa que no semestre findo em 30 de junho de 2012, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Agradecimentos

A Administração da RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, agosto de 2012

O Conselho de Administração
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Nota	30/06/2012	30/06/2011		Nota	30/06/2012	30/06/2011
Ativo Circulante		3.899.399	2.004.198	Passivo Circulante		2.880.490	1.769.119
Disponibilidades	5	40.179	24.595	Depósitos	14.a	2.058.320	1.465.333
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	296.645	211.000	Depósitos Interfinanceiros		2.058.320	1.377.180
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		296.645	211.000	Depósitos a prazo		-	88.153
Relações Interfinanceiras	7	213.702	281.287	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	697.252	234.262
Depósitos no Banco Central		213.702	281.287	Recursos de Aceites Cambiais		697.252	234.262
Operações de Crédito	8	3.238.824	1.457.644	Outras Obrigações		124.918	69.524
Setor Privado		3.273.796	1.478.910	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		2.172	896
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(34.972)	(21.266)	Sociais e Estatutárias		20.323	253
Outros Créditos		102.801	28.690	Fiscais e Previdenciárias	15	28.435	21.102
Rendas a Receber		385	358	Instrumentos Financeiros Derivativos	6	9.758	-
Créditos Tributários	9	20.532	15.052	Diversas	16	64.230	47.273
Diversos	10	81.884	13.280	Passivo Exigível a Longo Prazo		2.470.085	1.221.184
Outros Valores e Bens		7.248	982	Depósitos	14.a	864.260	564.464
Outros Valores e Bens		25	25	Depósitos Interfinanceiros		864.260	564.464
(Provisões para Desvalorizações)		(25)	(25)	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.b	1.435.525	565.862
Despesas Antecipadas		7.248	982	Recursos de Aceites Cambiais		586.814	565.862
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.770.722	1.279.648	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		848.711	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		250.408	-	Outras Obrigações		170.300	90.858
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		250.408	-	Fiscais e Previdenciárias	15	22.472	14.494
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	7.690	-	Instrumentos Financeiros Derivativos	6	81	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		7.690	-	Diversas	16	147.747	76.364
Operações de Crédito	8	1.437.584	1.234.557	Patrimônio Líquido	18	907.987	294.475
Setor Privado		1.456.938	1.248.205	Capital Social:		713.684	145.733
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(19.354)	(13.648)	De Domiciliados no País		284.713	58.177
Outros Créditos		48.252	41.274	De Domiciliados no Exterior		428.971	87.556
Créditos Tributários	9	24.668	17.251	Reservas de Lucros		194.303	148.742
Diversos	10	23.584	24.023				
Outros Valores e Bens		26.788	3.817				
Despesas Antecipadas		26.788	3.817				
Permanente		588.441	932				
Investimentos	11	586.902	-				
Participação em Controlada		586.902	-				
Imobilizado de Uso	12	965	542				
Outras Imobilizações de Uso		2.034	1.552				
(Depreciações Acumuladas)		(1.069)	(1.010)				
Intangível	13	574	390				
Ativos Intangíveis		2.458	2.109				
(Amortizações Acumuladas)		(1.884)	(1.719)				
Total do Ativo		6.258.562	3.284.778	Total do Passivo		6.258.562	3.284.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		145.733	-	14.909	109.512	-	270.154
Lucro Líquido		-	-	-	-	24.321	24.321
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	1.216	-	(1.216)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	18.c	-	-	-	23.105	(23.105)	-
Saldos em 30 de Junho de 2011		145.733	-	16.125	132.617	-	294.475
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		145.733	-	17.776	147.927	-	311.436
Aumento de Capital (Incorporação de Ações - Nota 2)	18.a	-	567.951	-	-	-	567.951
Dividendos de exercício anterior	18.b	-	-	-	(20.000)	-	(20.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	48.600	48.600
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	2.430	-	(2.430)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	18.c	-	-	-	46.170	(46.170)	-
Saldos em 30 de Junho de 2012		145.733	567.951	20.206	174.097	-	907.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Receitas da Intermediação Financeira		301.978	197.105
Operações de Crédito		275.776	179.152
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		21.461	5.412
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.a	(4.739)	-
Resultado das Aplicações Compulsórias		9.480	12.541
Despesas da Intermediação Financeira		(239.240)	(148.341)
Operações de Captação no Mercado		(214.394)	(141.457)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(24.846)	(6.884)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		62.738	48.764
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		5.129	(8.366)
Receitas de Prestação de Serviços	20	2.310	2.184
Rendas de Tarifas Bancárias	20	39.654	18.031
Despesas de Pessoal		(7.743)	(6.137)
Outras Despesas Administrativas		(37.460)	(13.958)
Despesas Tributárias		(10.489)	(5.475)
Resultado de Participação em Controlada	11	18.951	-
Outras Receitas Operacionais	21	7.073	819
Outras Despesas Operacionais	22	(7.167)	(3.830)
Resultado Operacional		67.867	40.398
Resultado não Operacional		913	1.181
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		68.780	41.579
Imposto de Renda e Contribuição Social	23	(19.859)	(17.006)
Provisão para Imposto de Renda		(18.374)	(12.277)
Provisão para Contribuição Social		(11.074)	(7.373)
Ativo Fiscal Diferido		9.589	2.644
Participação dos Empregados no Lucro		(321)	(252)
Lucro Líquido		48.600	24.321
Nº de Ações	18.a	4.951	1.829
Lucro Líquido por Ação (em R\$)		9.816,20	13.297,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		48.600	24.321
Ajustes ao Lucro Líquido		3.666	8.155
Depreciações e Amortizações		163	172
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos	17.c	7.296	3.783
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	24.846	6.884
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(9.589)	(2.644)
Resultado de Participação em Controlada	11	(18.951)	-
Outros		(99)	(40)
Variações em Ativos e Passivos		46.252	148.173
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(164.375)	-
Redução (Aumento) em Instrumentos Financeiros Derivativos		2.403	-
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(835.557)	(488.522)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		27.958	(65.898)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(71.111)	(5.841)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(18.660)	(4.402)
Aumento (Redução) em Depósitos		270.707	509.970
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites de Emissão de Títulos		800.846	189.274
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		67.100	43.670
Imposto Pago		(33.059)	(30.078)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		98.518	180.649
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(202)	(141)
Aplicações no Intangível		(349)	(3)
Alienação de Imobilizado de Uso		-	97
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(551)	(47)
Atividades de Financiamento			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(13.660)	(51.796)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(13.660)	(51.796)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		84.307	128.806
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	5	101.888	106.789
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5	186.195	235.595

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Receitas da Intermediação Financeira		301.978	197.105
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		41.964	20.215
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(24.846)	(6.884)
Outras Receitas e Despesas		819	(1.830)
Despesas da Intermediação Financeira		(214.394)	(141.457)
Insumos de Terceiros		(37.460)	(13.959)
Serviços de Terceiros		(10.874)	(5.813)
Outros		(26.586)	(8.146)
Valor Adicionado Bruto/Líquido Produzido		68.061	53.190
Valor Adicionado Recebido em Transferência:			
Resultado de Participação em Controlada	11	18.951	-
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		87.012	53.190
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal		6.810	5.382
Remuneração		4.816	3.797
Benefícios		1.035	750
FGTS		436	433
Outras		523	402
Impostos, Taxas e Contribuições		31.602	23.487
Federais		29.434	22.454
Municipais		2.168	1.033
Remuneração de Capitais Próprios		48.600	24.321
Reinvestimentos de Lucros		48.600	24.321
Total		87.012	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

classificação de operações e gestão de capital do Novo Método Padronizado de Basiléia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio e seus eventuais "hedges".

As análises de sensibilidade foram efetuadas, de acordo com a Instrução 475/2008 da CVM, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições:

Cenário 1: uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 ponto base para taxa de juros.

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

Taxa Pré-Fixada em Reais: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros em Reais.

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores referentes a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 30 de junho de 2012. A RCI Brasil adota uma estratégia conservadora na gestão de seus instrumentos financeiros não possuindo nenhuma carteira de negociação. Os derivativos existentes tem como único objetivo diminuir a exposição a risco de mercado (hedge) da carteira existente.

Carteira "Banking"

Fatores de Risco

Taxa Pré-Fixada em Reais

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Total ⁽¹⁾	(1.030)	(21.263)	(41.147)
	(1.030)	(21.263)	(41.147)

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados basicamente por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	30/06/2012	30/06/2011
Operações de Crédito		
Financiamentos - Vendor	1.864.681	1.073.888
Financiamentos - CDC Veículos	2.866.053	1.653.227
Total	4.730.734	2.727.115
Circulante	3.273.796	1.478.910
Longo Prazo	1.456.938	1.248.205

b) Carteira por Vencimento

	30/06/2012	30/06/2011
Vencidas	10.945	7.248
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.452.155	558.738
De 3 a 12 Meses	1.821.641	920.172
Acima de 12 Meses	1.445.993	1.240.957
Total	4.730.734	2.727.115

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2012	30/06/2011
Setor Privado		
Indústria	8.823	6.849
Comércio	1.954.634	1.128.771
Instituições Financeiras	58	3
Serviços e Outros	107.467	63.771
Pessoas Físicas	2.659.752	1.527.721
Total	4.730.734	2.727.115

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Provisão Requerida		
		30/06/2012		30/06/2011	30/06/2012		30/06/2011
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Total	Total	Total
AA	-	111.180	-	111.180	149.203	-	-
A	0,5%	3.715.724	-	3.715.724	2.363.791	18.579	11.819
B	1%	347.662	31.396	379.058	96.441	3.791	964
C	3%	467.005	27.260	494.265	96.524	15.743	2.896
D	10%	31	9.082	9.113	6.051	911	605
E	30%	6	5.082	5.088	4.041	1.526	1.212
F	50%	-	3.639	3.639	3.369	1.819	1.684
G	70%	-	2.369	2.369	1.305	1.658	914
H	100%	-	10.298	10.298	6.390	10.298	6.390
Total		4.641.608	89.126	4.730.734	2.727.115	54.325	26.484
Provisão Adicional ⁽²⁾						-	8.430
Provisão Total						54.325	34.914

⁽¹⁾ Inclui parcelas vincendas e vencidas.

⁽²⁾ A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente e é alocada em cada nível de risco.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	30/06/2012	30/06/2011
Saldo Inicial	38.487	33.824
Constituições	24.846	6.884
Baixas	(9.007)	(5.794)
Saldo Final	54.326	34.914
Circulante	34.972	21.266
Longo Prazo	19.354	13.648
Créditos Recuperados no Semestre ⁽¹⁾	1.424	1.894

⁽¹⁾ Registradas como receita da intermediação financeira na rubrica operações de crédito.

9. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.483	10.277	(2.902)	27.858
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	811	701	(274)	1.238
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	660	283	-	943
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	50	162	-	212
Ajuste ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação	-	598	-	598
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	13.823	692	(164)	14.351
Total dos Créditos Tributários	35.827	12.713	(3.340)	45.200
Circulante	20.810			20.532
Longo Prazo	15.017			24.668

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2011
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.287	2.791	(2.941)	20.137
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	385	320	(1)	704
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	218	207	-	425
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	74	-	(28)	46
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	8.695	2.588	(292)	10.991
Total dos Créditos Tributários	29.659	5.906	(3.262)	32.303
Circulante	15.134			15.052
Longo Prazo	14.525			17.251

⁽¹⁾ Inclui provisões para despesas administrativas.

A RCI Brasil não possui créditos tributários não registrados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias			
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total
2012	7.376	4.518	15	11.909
2013	10.701	6.513	31	17.245
2014	6.073	3.643	16	9.732
2015	3.084	1.851	-	4.935
2016	771	463	-	1.234
2017 a 2019	91	54	-	145
Total	28.096	17.042	62	45.200

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$41.090 (30/06/2011 - R\$29.257) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

10. Outros Créditos - Diversos

	30/06/2012	30/06/2011
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	15.975	10.696
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	575	359
Outros ⁽¹⁾	6.907	6.644
Devedores Diversos	1.352	71
Impostos e Contribuições a Compensar ⁽²⁾	9.035	6.782
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 19.f)	59.730	8.631
Títulos e Créditos a Receber sem Característica de Concessão de Crédito	11.491	3.671
Outros	403	449
Total	105.468	37.303
Circulante	81.884	13.280
Longo Prazo	23.584	24.023

⁽¹⁾ Referem-se substancialmente a questões que estão sendo objeto de discussão judicial para as quais aguardam-se decisões dos órgãos competentes.

⁽²⁾ Representado principalmente por valores de contribuição social, PIS/Cofins e imposto de renda a compensar.

11. Investimentos - Participação em Controlada

Refere-se ao investimento na RCI Leasing, que tem como atividade principal o arrendamento mercantil. Com a reestruturação societária mencionada na Nota 2, a RCI Leasing passou a ser subsidiária integral da RCI Brasil, sendo que a participação da RCI Brasil no capital social da RCI Leasing estava representada por 163 mil ações ordinárias e 80 mil ações preferenciais, no valor de R\$567.951. Em 30 de junho de 2012, a RCI Leasing possuía R\$586.902 de patrimônio líquido e R\$40.845 de lucro líquido no período, correspondendo a um investimento de R\$586.902 e resultado de equivalência patrimonial de R\$18.951.

12. Imobilizado

	30/06/2012		30/06/2011	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	825	(273)	552	214
Sistemas de Segurança e Comunicações	140	(43)	97	100
Sistemas de Processamento de Dados	804	(640)	164	173
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	212	(113)	99	26
Outras	53	-	53	29
Total	2.034	(1.069)	965	542

13. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo.

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Captação de Recursos

a) Depósitos

	30/06/2012			30/06/2011	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros	662.674	1.395.646	864.260	2.922.580	1.941.644
Depósitos a Prazo	-	-	-	-	88.153
Total	662.674	1.395.646	864.260	2.922.580	2.029.797
Circulante				2.058.320	1.465.333
Longo Prazo				864.260	564.464

b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	30/06/2012			30/06/2011	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾	588.438	108.814	586.814	1.284.066	800.124
Letras Financeiras ⁽²⁾	-	-	848.711	848.711	-
Total	588.438	108.814	1.435.525	2.132.777	800.124
Circulante				697.252	234.262
Longo Prazo				1.435.525	565.862

⁽¹⁾ São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas de 100% a 104% do CDI (30/06/2011 - taxas pré-fixadas de 10,76% a 13,18% a.a. e pós-fixadas de 98% à 108% do CDI).

⁽²⁾ As principais características das letras financeiras são: prazo mínimo de dois anos, valor nominal de R\$800.000 e permissão que o emissor resgate antecipadamente apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2012, possuem prazo de vencimento até 2015.

15. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2012	30/06/2011
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	25.004	16.701
Impostos e Contribuições a Pagar	3.418	4.401
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 17)	22.460	14.494
Provisão para Imposto de Renda Diferido ⁽¹⁾	25	-
Total	50.907	35.596
Circulante	28.435	21.102
Longo Prazo	22.472	14.494

⁽¹⁾ Refere-se à impostos diferidos sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos para negociação, com realização de R\$315 no semestre.

16. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2012	30/06/2011
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 17)	3.626	1.875
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	2.795	1.839
Despesas Administrativas	29.629	26.004
Outros Pagamentos	3.789	2.260
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 19.f)	811	2.376
Taxa de Equalização ⁽¹⁾	163.251	85.851
Outras	8.076	3.432
Total	211.977	123.637
Circulante	64.230	47.273
Longo Prazo	147.747	76.364

⁽¹⁾ Representados por diferenciais de equivalência de taxas de financiamentos recebidos antecipadamente das empresas do Grupo Renault. Os recursos são apropriados exponencialmente ao resultado pela fluência dos prazos dos respectivos contratos de financiamentos.

17. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2012 e 30 de junho de 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2012	30/06/2011
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 15)	22.460	14.494
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 16)	3.626	1.875
Ações Trabalhistas	529	115
Ações Cíveis	3.097	1.760
Total	26.086	16.369

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	30/06/2012			30/06/2011		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	17.322	125	2.030	11.028	185	1.769
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	5.140	404	1.752	3.466	(70)	387
Pagamentos	(2)	-	(685)	-	-	(396)
Saldo Final	22.460	529	3.097	14.494	115	1.760
Depósitos em Garantia						
- Outros Créditos ⁽²⁾	15.975	-	-	10.696	-	-

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. O principal processo é:

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$22.460 (30/06/2011 - R\$14.494): A RCI Brasil ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados ou ex-colaboradores terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações trabalhistas são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a financiamentos.

As ações revisionais referem-se a operações de crédito, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) A RCI Brasil não possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível individualmente significativo. Os passivos contingentes constantes, não significativos, importam em aproximadamente R\$6.700 para ações cíveis e R\$1.800 para ações trabalhistas. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "e" e "f".

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidades de ações):

	30/06/2012			30/06/2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	983	986	1.969	360	364	724
De Domiciliados no Exterior	1.484	1.486	2.970	544	549	1.093
Conselheiros	12	-	12	12	-	12
Total	2.479	2.472	4.951	916	913	1.829

Na AGE de 31 de maio de 2012, foi aprovado o aumento de capital decorrente da incorporação de ações da RCI Leasing (Nota 2) no montante de R\$567.951 mediante emissão de 3.122 novas ações, sendo 1.563 ações ordinárias e 1.559 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, cujo processo encontra-se pendente de homologação no Bacen.

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas. Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 27 de abril de 2012, foi aprovado o destaque de dividendos com base no lucro líquido do exercício social de 2011 no montante de R\$20.000 (R\$10.475,04 para ações ordinárias e R\$11.522,55 para ações preferenciais em reais por ação), a serem pagos até 31 de dezembro de 2012.

c) Reserva Estatutária

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinado para reserva para reforço do capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da RCI Brasil, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

19. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de Abril de 2012, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores. Para o ano de 2012 foi determinado o valor máximo de R\$1.200.

b) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva	01/01 a 30/06/2012	01/01 a 30/06/2011
Remuneração Fixa	350	336
Remuneração Variável	70	40
Outras	207	163
Total	627	539

Adicionalmente, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante R\$128 (2011 - R\$115).

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da RCI Brasil, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a RCI Brasil;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

e) Participação Acionária

A RCI Brasil é uma joint-venture, cujo capital pertence 59,99% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,77% ao Banco Santander (2011 - 59,76% e 39,58%, respectivamente).

f) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)		21. Outras Receitas Operacionais	
			01/01 a	01/01 a		
	30/06/2012	30/06/2011	30/06/2012	30/06/2011		
Disponibilidades	40.179	24.595	-	-		
Banco Santander ⁽³⁾	40.179	24.595	-	-		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	547.053	211.000	20.402	5.339		
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	72	620		
RCI Leasing ^{(1) (4)}	547.053	211.000	20.330	4.719		
Operações de Crédito	9.640	4.700	51.329	19.834		
Renault do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	6.714	4.358	35.108	17.615		
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁵⁾	439	342	1.913	2.219		
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	2.487	-	14.308	-		
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	59.730	8.631	64.965	24.163		
Renault do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	47.895	8.631	43.524	24.163		
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	11.835	-	21.441	-		
Depósitos Interfinanceiros	(711.533)	(430.023)	(32.635)	(21.177)		
Banco Santander ⁽³⁾	(711.533)	(430.023)	(32.635)	(21.177)		
Recursos de Aceites Cambiais	(551.164)	(320.779)	(1.852)	(13.320)		
Renault do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	(551.164)	(320.779)	(1.852)	(13.320)		
Letras Financeiras	(322.920)	-	(15.303)	-		
Renault do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	(322.920)	-	(15.303)	-		
Dividendos e Bonificações a Pagar	(20.000)	-	-	-		
Banco Santander ⁽³⁾	(7.976)	-	-	-		
RCI Banque ⁽³⁾	(12.024)	-	-	-		
Valores a Pagar Sociedades Ligadas	(811)	(2.376)	(5.723)	(4.051)		
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ^{(2) (6)}	(811)	(2.376)	(4.005)	(3.965)		
Banco Santander ⁽³⁾	-	-	(1.718)	(86)		
Outras Obrigações - Diversas	(385)	-	(2.334)	-		
Renault do Brasil S.A. ⁽⁵⁾	(385)	-	(2.334)	-		
					Reversão de Provisões Operacionais	01/01 a
					Trabalhistas (Nota 17.c)	30/06/2012
					Outras	01/01 a
					Recuperação de Encargos e Despesas	30/06/2011
					Outras	
					Total	
					22. Outras Despesas Operacionais	
					Provisões Operacionais	
					Fiscais (Nota 17.c)	710
					Trabalhistas (Nota 17.c)	537
					Cíveis (Nota 17.c)	404
					Outras	-
					Despesas Judiciais e Custas	1.752
					Convênio Operacional - Renault do Brasil	387
					Registro de Contratos	380
					Outras	94
					Total	34
					23. Imposto de Renda e Contribuição Social	5
					Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	591
					Participações no Lucro	480
					Resultado antes dos Impostos	2.485
					Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente	1.297
					Resultado de Participação em Controlada	811
					Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.030
					Demais Ajustes	3.830
					Imposto de Renda e Contribuição Social	
					24. Outras Informações	
					a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a RCI Brasil aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.	
					b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.	
					O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Presidente Éric Jean Spielrein			Suplente do Presidente do Conselho Michel Lucas			
Conselheiros Efetivos						
Dominique Signora	João Guilherme de Andrade So Consiglio	Luís Felix Cardamone Neto	Oscar Rodriguez Herrero	Philippe Jean Claude Buros		
Conselheiros Suplentes						
Angel Oscar Agallano	Carlos Alberto Lopez Galán	Patrick Froidefond	Thierry Gérard Alaux	William Cossermelli		
DIRETORIA						
Diretor Geral Dominique Signora	Diretor de Risco Thierry Gérard Alaux	Diretor de Relações Institucionais Luís Felix Cardamone Neto	Diretor Administrativo Financeiro Patrick Froidefond			
Contador						
Fabio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4 S-PR						
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES						

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES		
Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil <u>Curitiba - PR</u> Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança	razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	Outros assuntos Demonstração do valor adicionado Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Incorporação de ações Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Administração descreve o processo de incorporação das ações da empresa ligada Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil, pelo valor contábil, ao patrimônio da Companhia, incluindo a finalidade da operação e seus benefícios esperados. Curitiba, 14 de agosto de 2012 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F-PR" Gilberto Bizerra de Souza Contador CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" PR

Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil

CNPJ nº 61.784.278/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação
A Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI Brasil), Instituição integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objetivo principal a prática das operações de crédito, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, através do financiamento à rede de concessionárias e ao consumidor final.

Patrimônio Líquido e Resultado
O patrimônio líquido alcançou o montante de R\$311 milhões em 31 de dezembro de 2011, apresentando evolução de 15,3% em relação a 2010. O lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$57 milhões em comparação a R\$69 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2011, os ativos totais atingiram R\$4.533 milhões. Desse montante, R\$3.904 milhões são representados pela carteira de créditos. A principal fonte de captação de recursos da Companhia foi em depósitos interfinanceiros que totalizou R\$2.557 milhões, em 31 de dezembro de 2011.

Conjuntura Econômica
Ao longo do segundo semestre de 2011 a economia brasileira registrou sinais de moderação da atividade econômica. O PIB do terceiro trimestre, divulgado em dezembro, desacelerou o ritmo de crescimento, passando de 3,3% no 2T11 (2T11 vs. 2T10) para 2,1% (3T11 vs. 3T10), o que reflete a combinação de demanda global menos aquecida e efeitos defasados do aperto monetário realizado entre abril de 2010 e meados de 2011. A desaceleração foi mais intensa na produção industrial, que mostrou fraco dinamismo ao longo de 2011. A demanda doméstica também perdeu o dinamismo, mas continua mais forte do que a atividade industrial, sustentada pelos ganhos contínuos no emprego e na renda.

A Inflação tem diminuído como consequência da desaceleração econômica, mas continua a ser ponto de atenção. A inflação ao consumidor acumulada em 12 meses (IPCA) retrocedeu do pico atingido no terceiro trimestre e fechou o ano em 6,5% em linha com o teto da meta de inflação (4,5%, com tolerância de 2 pontos percentuais em torno desse valor). Os preços de serviços de 2011 foram o principal determinante para esse resultado, com aumento de 9%, principalmente por custos crescentes de mão de obra. Os preços no atacado, por outro lado, apresentaram alta mais suave, influenciados pela queda nos preços das commodities internacionais.

A deterioração do cenário internacional combinada com declínio relativo da inflação e os riscos que ela impõe à economia doméstica refletiram nas medidas monetárias do Bacem numa postura de afrouxamento monetário: a meta da taxa overnight (Selic) foi reduzida para 11% a.a. em dezembro, e algumas das medidas macropрудenciais adotadas em 2010 foram parcialmente revertidas, como uma forma de estimular a expansão do crédito. O estoque de crédito fornecido pelo sistema financeiro ultrapassou R\$2 trilhões até o final de 2011 (49,1% do PIB), representando um crescimento de 19% em 12 meses. A expansão do crédito imobiliário (44,5% em 12 meses) continua a superar as demais modalidades. A inadimplência aumentou para 5,5% em dezembro, frente aos 5,3% no final do terceiro trimestre. Mesmo com o cenário externo desfavorável, o Brasil registrou um superávit comercial de US\$29,8 bilhões em 2011, quase 50% acima do superávit de US\$20,3 bilhões registrado em 2010. Apesar do declínio visto no segundo semestre, os preços das commodities ainda estavam em média mais altos, do que no ano anterior, e responderam por boa parte do crescimento de 27% nas exportações. As importações avançaram 25%, refletindo a expansão da demanda doméstica. As despesas líquidas com serviços e rendas se elevaram no quarto trimestre, quando comparadas com os níveis observados no mesmo período de 2010. Como resultado, o déficit em conta corrente acumulado em 12 meses se ampliou nos últimos meses do ano, fechando 2011 aos US\$51,9 bilhões (2,1% do PIB).

O investimento estrangeiro direto manteve-se forte nos últimos meses de 2011, apesar da crise, e totalizou US\$66,7 bilhões em 2011 - mais do que compensando o déficit em conta corrente. A turbulência nos mercados internacionais parece ter afetado parcialmente outras fontes de financiamento externo - como o investimento em carteira e algumas modalidades de empréstimos externos, mas em geral o acesso ao

crédito internacional continua suficiente para financiar as necessidades externas do Brasil. As reservas internacionais terminaram 2011 a US\$352 bilhões, constituindo um colchão confortável contra a crise internacional. No entanto, a deterioração do cenário externo tem mantido o real sob alguma pressão. A taxa de câmbio encerrou o ano, cotada a R\$1,88/US\$.

Elevadas receitas fiscais e um controle mais apurado das despesas permitiram ao setor público acumular um superávit primário de 3,3% do PIB nos 12 meses encerrados em novembro de 2011 - acima da meta de 3% do PIB para o ano. Considerando o pagamento de juros sobre a dívida pública, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 2,4% do PIB no mesmo período. O esforço fiscal, combinado com as taxas de juros mais baixas e os efeitos do enfraquecimento da moeda (dado que o setor público é atualmente um credor líquido em moeda estrangeira), levou a dívida líquida do setor público para 36,6% do PIB no final de novembro (em novembro de 2010 foi 38,8%), uma queda de 2,2% em 12 meses. A boa performance das contas fiscais reforça a visão positiva sobre a economia brasileira, que tem sido capaz de suportar a turbulência da crise internacional sem riscos substanciais de problemas fiscais ou de balanço de pagamentos, ao mesmo tempo em que preservou o crescimento econômico, a um ritmo um pouco mais leve.

Outras Informações
A RCI Brasil tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 381/2003, informa que no exercício de 2011, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes outros serviços profissionais não enquadrados como serviços de auditoria independente que cumulativamente representassem mais de 5% da respectiva remuneração global.

Agradecimentos
A Administração da RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, fevereiro de 2012

O Conselho de Administração
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO					
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
	Nota	2011	2010		
Ativo Circulante		3.083.198	1.822.311	Passivo Circulante	2.370.575
Disponibilidades	4	10.350	8.241	Depósitos	1.987.644
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	91.538	98.548	Depósitos Interfinanceiros	1.893.141
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		91.538	98.548	Depósitos a prazo	94.503
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a	344	-	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	233.904
Instrumentos Financeiros Derivativos		344	-	Recursos de Aceites Cambiais	233.904
Relações Interfinanceiras	6	241.660	215.389	Outras Obrigações	149.027
Depósitos no Banco Central		241.660	215.389	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.901
Operações de Crédito	7	2.699.425	1.465.744	Sociais e Estatutárias	14.126
Sector Privado		2.723.342	1.490.023	Fiscais e Previdenciárias	22.402
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(23.917)	(24.279)	Diversas	14
Outros Créditos	37.423	34.337	34.337	Devedores Exigível a Longo Prazo	1.851.296
Rendas a Receber		715	975	Sociais e Estatutárias	110.598
Créditos Tributários	8	20.810	15.134	Depósitos	664.229
Diversos	9	15.898	18.228	Depósitos Interfinanceiros	664.229
Outros Valores e Bens		2.458	52	Depósitos a Prazo	82.323
Outros Valores e Bens		25	30	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.098.027
(Provisões para Desvalorizações)		(25)	(30)	Recursos de Aceites Cambiais	471.881
Despesas Antecipadas		2.458	52	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	626.146
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.448.998	772.306	Outras Obrigações	89.080
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		236.662	-	Fiscais e Previdenciárias	13
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		236.662	-	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.a
Operações de Crédito	7	1.166.272	744.819	Diversas	14
Sector Privado		1.180.842	754.364	Patrimônio Líquido	16
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(14.570)	(9.545)	Capital Social:	145.733
Outros Créditos		33.146	27.142	De Domiciliados no País	58.152
Créditos Tributários	8	15.017	14.525	De Domiciliados no Exterior	87.581
Diversos	9	18.129	12.617	Reservas de Lucros	165.703
Outros Valores e Bens		12.918	345		
Despesas Antecipadas		12.918	345		
Permanente		1.151	1.017		
Imobilizado de Uso	10	846	546		
Outras Imobilizações de Uso		1.832	1.644		
(Depreciações Acumuladas)		(986)	(1.098)		
Intangível	11	305	471		
Ativos Intangíveis		2.109	2.106		
(Amortizações Acumuladas)		(1.804)	(1.635)		
Total do Ativo		4.533.347	2.595.634	Total do Passivo	4.533.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO					
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
	Nota	Capital Social	Reservas de Capitais	Reserva Legal	Reserva Estatutária
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		145.692	41	11.476	98.356
Aumento de Capital	16.a	41	(41)	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-
Destinações:					
Reserva Legal		-	-	3.433	-
Dividendos	16.b	-	-	-	(3.433)
Juros sobre Capital Próprio	16.b	-	-	-	(38.876)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	-	-	(15.200)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		145.733	14.909	109.512	270.154
Lucro Líquido		-	-	-	57.352
Destinações:					
Reserva Legal		-	-	2.867	(2.867)
Juros sobre Capital Próprio	16.b	-	-	-	(16.070)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	-	-	(38.415)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		145.733	17.776	147.927	311.436
Saldos em 30 de Junho de 2011		145.733	16.125	132.617	294.475
Lucro Líquido		-	-	-	33.031
Destinações:					
Reserva Legal		-	-	1.651	(1.651)
Juros sobre Capital Próprio	16.b	-	-	-	(16.070)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	-	-	(15.310)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		145.733	17.776	147.927	311.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI Brasil), constituída na forma de sociedade anônima, tem por objetivo principal a prática das operações de crédito, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, através do financiamento à rede de concessionárias e ao consumidor final. É uma instituição integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da RCI Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nas demonstrações financeiras as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a RCI Brasil, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos "hedge" podem ser classificados como:

- I - "hedge" de risco de mercado; e
- II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

e) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

f) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

f.1) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação - 10%; sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

f.2) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de locais.

g) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base

nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

h) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 8.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovada pela Administração da RCI Brasil.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RFTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades no valor de R\$10.350 (2010 - R\$8.241) e aplicações em depósitos interfinanceiros de R\$91.538 (2010 - R\$98.548).

5. Instrumentos Financeiros

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

	Valor Referencial	Curva (540)	Mercado 254
Ativo	637.653	637.653	645.413
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	484.725	484.725	488.737
Taxa de Juros Pré - Reais	152.928	152.928	156.676
Passivo	638.193	(638.193)	(645.159)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	153.108	(153.108)	(156.767)
Taxa de Juros Pré - Reais	485.085	(485.085)	(488.392)
As operações de swap foram registradas na Cetip, das quais R\$484.725 possuem vencimento de 3 a 12 meses e R\$152.928 acima de 12 meses.			
No ativo o montante do "swap" - diferencial a receber é de R\$344 e no passivo o diferencial a pagar é de R\$50.			

b) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados com as metodologias do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), do qual a RCI Brasil faz parte do conglomerado financeiro. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Novo Método Padronizado de Basileia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio e seus eventuais "hedges". A RCI Brasil adota uma estratégia conservadora na gestão de seus instrumentos financeiros não possuindo nenhuma carteira de negociação. Os derivativos existentes tem como único objetivo diminuir a exposição a risco de mercado (hedge) da carteira existente. O quadro resumido apresentado abaixo sintetiza valores referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2011.

Carteira "Banking"

Fatores de Risco

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa Pré-Fixada em Reais	(629)	(6.288)	(31.439)
Total (*)	(629)	(6.288)	(31.439)

(*) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Os cenários 2 e 3 acima consideram as situações de deterioração prevista na Instrução CVM 475/2008, tidas como de baixa probabilidade de ocorrência.

Cenário 1: correspondente a um choque de 10 pontos básicos, para cima, nas curvas de taxas de juros pré-fixadas.

Cenário 2: correspondente a um choque de 100 pontos básicos, para cima, nas curvas de taxas de juros pré-fixadas.

Cenário 3: correspondente a um choque de 500 pontos básicos, para cima, nas curvas de taxas de juros pré-fixadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

			2011	2010
	Nota	Segundo Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira		254.818	451.923	325.867
Operações de Crédito		226.560	405.712	311.963
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		13.799	19.211	1.378
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(413)	(413)	-
Resultado das Aplicações Compulsórias		14.872	27.413	12.526
Despesas da Intermediação Financeira		(201.593)	(349.934)	(201.526)
Operações de Captação no Mercado		(192.460)	(333.917)	(196.204)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.e	(9.133)	(16.017)	(5.322)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		53.225	101.989	124.341
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(7.813)	(16.179)	(19.432)
Receitas de Prestação de Serviços	18	2.145	4.329	4.146
Rendas de Tarifas Bancárias	18	26.086	44.117	28.455
(Despesas de Pessoal		(6.846)	(12.632)	(10.614)
Outras Despesas Administrativas		(18.398)	(32.356)	(28.412)
Despesas Tributárias		(7.551)	(13.026)	(10.184)
Outras Receitas Operacionais	19	3.756	4.575	3.233
Outras Despesas Operacionais	20	(7.356)	(11.186)	(6.056)
Resultado Operacional		45.412	85.810	104.909
Resultado não Operacional		(688)	493	327
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		44.724	86.303	105.236
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	(11.336)	(28.342)	(36.078)
Provisão para Imposto de Renda		(9.079)	(21.356)	(22.038)
Provisão para Contribuição Social		(5.781)	(13.154)	(13.175)
Ativo Fiscal Diferido		3.524	6.168	(865)
Participação dos Empregados no Lucro		(357)	(609)	(493)
Lucro Líquido		33.031	57.352	68.665
Nº de Ações	16.a	1.829	1.829	1.829
Lucro Líquido por Ação (em R\$)		18.059,60	31.357,03	37.542,37
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil

CNPJ nº 61.784.278/0001-91

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				Provisão Requerida	
		2011		2010		2011	2010
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Total	Total	Total
AA	-	145.818	-	145.818	88.922	-	-
A	0,5%	3.207.047	-	3.207.047	1.520.457	16.035	7.602
B	1%	349.004	26.313	375.317	61.721	3.753	617
C	3%	129.536	21.938	151.474	558.448	4.544	16.754
D	10%	82	6.084	6.166	3.644	617	364
E	30%	-	3.770	3.770	2.280	1.131	684
F	50%	-	2.998	2.998	1.605	1.499	803
G	70%	-	2.287	2.287	1.032	1.601	722
H	100%	-	9.307	9.307	6.278	9.307	6.278
Total		3.831.487	72.697	3.904.184	2.244.387	38.487	33.824

⁽¹⁾ Inclui parcelas vencidas e vencidas.

A partir de janeiro/2011 foi implementada a nova política de classificação dos ratings e cálculo da PDD para a carteira de financiamento "floor plan".

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2011	2010
Saldo Inicial	33.824	40.514
Constituições	16.017	5.322
Baixas	(11.354)	(12.012)
Saldo Final	38.487	33.824
Circulante	23.917	24.279
Longo Prazo	14.570	9.545
Créditos Recuperados no Período ⁽¹⁾	3.942	3.179

⁽¹⁾ Registradas como receita da intermediação financeira na rubrica operações de crédito.

8. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.287	6.938	(6.742)	20.483
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	385	492	(66)	811
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	218	442	-	660
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	74	-	(24)	50
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	8.695	5.252	(124)	13.823
Total dos Créditos Tributários Circulante	29.659	13.124	(6.956)	35.827
Longo Prazo	14.525			15.017
	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2010
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	22.963	3.757	(6.433)	20.287
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	929	-	(544)	385
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	33	185	-	218
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	210	108	(244)	74
Outras Provisões Temporárias ⁽¹⁾	6.389	2.537	(231)	8.695
Total dos Créditos Tributários Circulante	30.524	6.587	(7.452)	29.659
Longo Prazo	14.264			15.134
	16.260			14.525

⁽¹⁾ Inclui provisões para despesas administrativas.

A RCI Brasil não possui créditos tributários não registrados.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	2011		
Ano	Diferenças Temporárias		Total
	IRPJ	CSLL	
2012	12.891	7.919	20.810
2013	4.380	2.628	7.008
2014	4.377	2.626	7.003
2015	108	65	173
2016	521	312	833
Total	22.277	13.550	35.827

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$32.682 (2010 - R\$26.913) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

9. Outros Créditos - Diversos

	2011	2010
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	10.697	973
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	367	250
Outros ⁽¹⁾	6.143	10.642
Devedores Diversos	252	79
Impostos e Contribuições a Compensar ⁽²⁾	805	637
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 17.f)	7.432	3.152
Títulos e Créditos a Receber sem Característica de Concessão de Crédito	8.089	14.545
Outros	242	567
Total	34.027	30.845
Circulante	15.898	18.228
Longo Prazo	18.129	12.617

⁽¹⁾ Referem-se substancialmente a questões que estão sendo objeto de discussão judicial para as quais aguardam-se decisões dos órgãos competentes.

⁽²⁾ Representado principalmente por valores de contribuição social, PIS/Cofins e imposto de renda a compensar.

10. Imobilizado

	2011		2010	
	Custo	Depreciação	Residual	
Outras Imobilizações de Uso			Residual	
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	820	(241)	579	104
Sistemas de Segurança e Comunicações	129	(35)	94	98
Sistemas de Processamento de Dados	725	(600)	125	220
Beneficitorias em Imóveis de Terceiros	153	(110)	43	28
Outras	5	-	5	96
Total	1.832	(986)	846	546

11. Intangível

Refere-se a gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais - desenvolvimento de software externo.

12. Captação de Recursos

a) Depósitos

	2011			2010
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos Interfinanceiros	1.093.951	799.190	664.229	2.557.370
Depósitos a Prazo	94.503	-	-	94.503
Total	1.188.454	799.190	664.229	2.651.873
Circulante				1.987.644
Longo Prazo				664.229
				581.691

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Presidente Éric Jean Spielrein		Suplente do Presidente do Conselho Michel Lucas		
Conselheiros Efetivos				
Alain Gérard Ballu	Philippe Jean Claude Buros	Luis Felix Cardamone Neto	José de Menezes Berenguer Neto	Oscar Rodriguez Herrero
Conselheiros Suplentes				
Thierry Gérard Alaux	Gaspar José Pinto Martins Rodrigues	Angel Oscar Agallano	Carlos Alberto López Galán	
DIRETORIA				
Diretor Geral Alain Gérard Ballu	Diretor de Risco Thierry Gérard Alaux	Diretor de Relações Institucionais Luis Felix Cardamone Neto	Diretor Administrativo Financeiro Gaspar José Pinto Martins Rodrigues	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil
Cunitiba - PR
Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e

executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

17. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente até o mês de abril, é aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores. Para o ano de 2011 foi determinado o valor máximo de R\$1.200.

b) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva

	2011	2010
Remuneração Fixa	681	640
Remuneração Variável	81	86
Outras	351	323
Total	1.113	1.049

Adicionalmente, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante R\$232 (2010 - R\$217).

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da RCI Brasil, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a RCI Brasil;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

e) Participação Aciônica

A RCI Brasil é uma joint-venture, cujo capital pertence 59,76% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,58% ao Banco Santander.

f) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	2011		2010	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	10.348	-	8.232	-
Banco Santander	10.348	-	8.232	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	303.200	19.060	90.048	613
Banco Santander	-	620	65.038	526
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Leasing) ⁽¹⁾	303.200	18.440	25.010	87
Operações de Crédito	8.322	56.302	1.978	20.695
Renault do Brasil S.A.	7.909	51.975	1.466	16.025
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.	413	4.327	512	4.670
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	7.432	59.078	3.152	57.461
Renault do Brasil S.A.	7.432	59.078	3.152	57.461
Outros Créditos - Diversos	682	4.290	-	-
Renault do Brasil S.A.	682	4.290	-	-
Depósitos Interfinanceiros	(817.081)	(50.771)	(242.499)	(51.792)
Banco Santander	(817.081)	(50.771)	(242.499)	(38.545)
RCI Leasing	-	-	-	(13.247)
Recursos de Aceites Cambiais	(100.474)	(26.117)	(220.331)	(27.979)
Renault do Brasil S.A.	(100.474)	(26.117)	(220.331)	(24.058)
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.	-	-	-	(3.921)
Letras Financeiras	(307.617)	(7.617)	-	-
Renault do Brasil S.A.	(307.617)	(7.617)	-	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(13.660)	-	(51.796)	-
Banco Santander	(5.443)	-	(20.639)	-
RCI Banque	(8.217)	-	(31.157)	-
Valores a Pagar Sociedades Ligadas	(697)	(10.237)	(1.051)	(6.327)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ⁽²⁾	(697)	(6.473)	(1.051)	(6.327)
Banco Santander ⁽³⁾	-	(3.764)	-	-
Outras Obrigações - Diversas	(43)	(18)	-	-
Renault do Brasil S.A.	(43)	(18)	-	-

⁽¹⁾ Em 2011, as aplicações com vencimento até 3 meses montam R\$66.538 e acima de 12 meses R\$236.662.

⁽²⁾ As despesas incluem despesas administrativas - convênio operacional.

⁽³⁾ As despesas incluem "outras despesas administrativas" e "outras despesas operacionais".

18. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

Representadas, principalmente, por receitas de prestação de serviços e de tarifas de cadastro em operações de crédito.

19. Outras Receitas Operacionais

	2011	2010
Reversão de Provisões Operacionais		
Cíveis (Nota 15.c)	-	554
Trabalhistas (Nota 15.c)	60	341
Outras	503	650
Atualização e Recuperação de Impostos	-	76
Recuperação de Encargos e Despesas	3.472	663
Outras	540	949
Total	4.575	3.233

20. Outras Despesas Operacionais

	2011	2010
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 15.c)	1.126	461
Cíveis (Nota 15.c)	1.282	-
Outras	949	982
Comissões	2.404	-
Despesas Judiciais e Custas	13	75
Variação Monetária sobre Impostos e Contribuições	-	242
Convênio Operacional - Renault do Brasil	610	2.544
Registro de Contratos	3.152	916
Outras	1.650	836
Total	11.186	6.056

21. Imposto de e Renda e Contribuição Social

	2011	2010
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	86.303	105.236
Participações no Lucro	(609)	(493)
Juros sobre o Capital Próprio	(16.070)	(15.200)
Resultado antes dos Impostos	69.624	89.543
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente	(27.850)	(35.817)
Demais Ajustes	(492)	(261)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(28.342)	(36.078)

22. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a RCI Brasil aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do BACEN e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/rf.

Suplente do Presidente do Conselho	
Michel Lucas	
Menezes Berenguer Neto	Oscar Rodriguez Herrero
Carlos Alberto López Galán	
ais	Diretor Administrativo Financeiro Gasper José Pinto Martins Rodrigues
Outros assuntos	
Demonstração do valor adicionado	
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.	
São Paulo, 27 de fevereiro de 2012	
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	
Auditores Independentes	
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F-PR"	
Gilberto Bizerra de Souza	
Contador	
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" PR	
Deloitte.	

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Curitiba, fevereiro de 2011
O Conselho de Administração
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Nota	2010	2009		Nota	2010	2009
Ativo Circulante		1.822.311	1.039.582	Passivo Circulante		1.311.962	1.087.432
Disponibilidades	4	8.241	4.816	Depósitos	11.a	938.136	887.604
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		98.548	7.700	Depósitos Interfinanceiros		938.136	887.604
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		98.548	7.700				
Relações Interfinanceiras	5	215.389	-	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11.b	259.160	101.921
Depósitos no Banco Central		215.389	-	Recursos de Aceites Cambiais		259.160	101.921
Operações de Crédito	6	1.465.744	999.362				
Setor Privado		1.490.023	1.030.508				
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(24.279)	(31.146)	Outras Obrigações		114.666	97.907
Outros Créditos		34.337	26.712	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		967	627
Rendas a Receber		975	4.500	Sociais e Estatutárias		52.177	11.698
Créditos Tributários	7	15.134	14.264	Fiscais e Previdenciárias	12	23.470	19.372
Diversos	8	18.228	7.948	Diversas	13	38.052	66.210
Outros Valores e Bens		52	992				
Outros Valores e Bens		30	30	Passivo Exigível a Longo Prazo		1.013.518	617.710
(Provisões para Desvalorizações)		(30)	(30)	Depósitos	11.a	581.691	218.258
Despesas Antecipadas		52	992	Depósitos Interfinanceiros		499.368	146.545
Ativo Realizável a Longo Prazo		772.306	920.094	Depósitos a Prazo		82.323	71.713
Operações de Crédito	6	744.819	896.581				
Setor Privado		754.364	905.949	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11.b	351.690	367.803
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(9.545)	(9.368)	Recursos de Aceites Cambiais		351.690	367.803
Outros Créditos		27.142	22.983				
Créditos Tributários	7	14.525	16.260	Outras Obrigações		80.137	31.649
Diversos	8	12.617	6.723	Fiscais e Previdenciárias	12	11.028	5.296
Outros Valores e Bens		345	530	Diversas	13	69.109	26.353
Despesas Antecipadas		345	530				
Permanente		1.017	1.031	Patrimônio Líquido	15	270.154	255.565
Imobilizado de Uso	9	546	504	Capital Social:			
Outras Imobilizações de Uso		1.644	1.495	De Domiciliados no País		58.177	58.136
(Depreciações Acumuladas)		(1.098)	(991)	De Domiciliados no Exterior		87.556	87.556
Intangível	10	471	527	Reservas de Capital		-	41
Ativos Intangíveis		2.106	2.009	Reservas de Lucros		124.421	109.832
(Amortizações Acumuladas)		(1.635)	(1.482)				
Total do Ativo		2.595.634	1.960.707	Total do Passivo		2.595.634	1.960.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2008		139.143	-	41	8.742	59.396	207.322
Aumento de Capital	15.a	6.549	-	-	-	-	6.549
Lucro Líquido		-	-	-	-	54.681	54.681
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	-	2.734	(2.734)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro		-	-	-	38.960	(38.960)	-
Dividendos	15.b	-	-	-	-	(487)	(487)
Juros sobre Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	(12.500)	(12.500)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		145.692	-	41	11.476	98.356	255.565
Aumento de Capital	15.a	41	-	(41)	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	68.665	68.665
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	-	3.433	(3.433)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro		-	-	-	11.156	(11.156)	-
Dividendos	15.b	-	-	-	-	(38.876)	(38.876)
Juros sobre Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	(15.200)	(15.200)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		145.733	-	-	14.909	109.512	270.154
Saldos em 30 de Junho de 2010		145.692	41	13.113	129.470	-	288.316
Aumento de Capital	15.a	41	(41)	-	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	35.914	35.914
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	-	1.796	(1.796)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro		-	-	-	(19.958)	19.958	-
Dividendos	15.b	-	-	-	-	(38.876)	(38.876)
Juros sobre Capital Próprio	15.b	-	-	-	-	(15.200)	(15.200)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		145.733	-	-	14.909	109.512	270.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO	
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado	

1. Contexto Operacional

A Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI Brasil), constituída na forma de sociedade anônima, tem por objetivo principal a prática das operações de crédito, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, através do financiamento à rede de concessionárias e ao consumidor final. É uma instituição integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da RCI Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de

estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa RCI Brasil, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, serão divulgadas no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	2010	2009	
		Segundo	Exercício	Exercício
		Semestre		
Receitas da Intermediação Financeira		168.864	325.867	253.870
Operações de Crédito		158.918	311.963	252.615
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.376	1.378	1.255
Resultado das Aplicações Compulsórias		8.570	12.526	-
Despesas da Intermediação Financeira		(109.430)	(201.526)	(169.030)
Operações de Captação no Mercado		(110.452)	(196.204)	(150.079)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.e	1.022	(5.322)	(18.951)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		59.434	124.341	84.840
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(9.510)	(19.432)	(7.009)
Receitas de Prestação de Serviços	17	4.016	4.146	10.823
Rendas de Tarifas Bancárias	17	15.660	28.455	25.176
Despesas de Pessoal		(5.612)	(10.614)	(9.499)
Outras Despesas Administrativas		(16.220)	(28.412)	(20.181)
Despesas Tributárias		(5.387)	(10.184)	(9.760)
Outras Receitas Operacionais	18	1.557	3.233	1.859
Outras Despesas Operacionais	19	(3.524)	(6.056)	(5.427)
Resultado Operacional		49.924	104.909	77.831
Resultado Não Operacional		241	327	136
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		50.165	105.236	77.967
Imposto de Renda e Contribuição Social	20	(14.208)	(36.078)	(22.997)
Provisão para Imposto de Renda		(8.879)	(22.038)	(18.545)
Provisão para Contribuição Social		(5.271)	(13.175)	(11.179)
Ativo Fiscal Diferido		(58)	(865)	6.727
Participação dos Empregados no Lucro		(43)	(493)	(289)
Lucro Líquido		35.914	68.665	54.681
Nº de Ações	15.a	1.829	1.829	1.829
Lucro Líquido por Ação (em R\$)		19.635,87	37.542,37	29.896,66
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	2010	2009	
		Segundo	Exercício	Exercício
		Semestre		
Atividades Operacionais		35.914	68.665	54.681
Lucro Líquido		1.799	12.526	21.404
Ajustes ao Lucro Líquido		175	349	350
Depreciações e Amortizações		-	-	-
Amortização de Diferimento de Comissão		442	1.153	3.572
Provisão de Passivos Contingentes		2.146	4.837	5.120
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.e	(1.022)	5.322	18.951
Provisão (Reversão) para Perdas em Outros Valores e Bens		-	-	(8)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		58	865	(6.551)
Resultado na Alienação de Valores e Bens		-	-	(30)
Variações em Ativos e Passivos		63.737	24.529	(75.702)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(162.691)	(319.942)	(577.654)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		(34.089)	(215.389)	-
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(17.274)	(12.649)	11.920
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(28)	(28)	(21)
Aumento (Redução) em Depósitos		166.190	413.965	122.444
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		66.725	141.126	321.276
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		44.904	17.446	46.333
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		101.450	105.720	383
Atividades de Investimento		-	(346)	(80)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(119)	(97)	(175)
Aplicações no Intangível		-	-	283
Alienação de Bens Não de Uso Próprio		12	108	266
Alienação de Imobilizado de Uso		-	-	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(107)	(335)	294
Atividades de Financiamento		-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(11.112)	(11.112)	(2.801)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(11.112)	(11.112)	(2.801)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		90.231	94.273	(2.124)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	16.558	12.516	14.640
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	106.789	106.789	12.516
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A RCI Brasil tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais dos Passivos Contingentes e Obrigações Legais por Natureza

	2010	2009
Provisão para Riscos Fiscais ⁽¹⁾ (Nota 12)	11.028	5.296
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis (Nota 13)	1.954	2.849
Contingências Trabalhistas	185	526
Outros Passivos Contingentes - Cíveis	1.769	2.323
Total	12.982	8.145

⁽¹⁾ Inclui, substancialmente, obrigações legais.

c) Movimentação dos Passivos Contingentes e Obrigações Legais

	2010			2009		
	Fiscais	Traba- lhistas	Cíveis	Fiscais	Traba- lhistas	Cíveis
Saldo Inicial	5.296	526	2.323	753	473	1.991
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	5.732	(341)	(554)	4.543	245	332
Pagamentos	-	-	-	-	(192)	-
Saldo Final	11.028	185	1.769	5.296	526	2.323
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽²⁾	954	-	-	954	-	-

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de impostos contingenciados e de obrigações legais do período, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e imposto de renda e contribuição social.

⁽²⁾ Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. O principal processo é:

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$11.028 (2009 - R\$5.296): Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória (MP) 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%.

e) Contingências Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas.

As ações trabalhistas são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Contingências Cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos.

As ações revisionais referem-se a operações de crédito, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o capital social é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidades de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	360	364	724
De Domiciliados no Exterior	544	549	1.093
Conselheiros	12	-	12
Total	916	913	1.829

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 17 de junho de 2010 aprovou o aumento de capital no valor de R\$41, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação da reserva de capital.

AGE de 28 de janeiro de 2009 aprovou o aumento de capital no valor de R\$6.549, mediante emissão de 56 novas ações nominativas, sem valor nominal, sendo 28 ações ordinárias e 28 ações preferenciais.

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas. AGE de 30 de dezembro de 2010 aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$38.876 (R\$20.372,21 para ações ordinárias e R\$22.409,43 para ações preferenciais em reais por ação) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício.

Em 28 de dezembro de 2010, foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de R\$15.200 (R\$12.920, líquidos de impostos, correspondendo ao valor de R\$6.770,42 para ações ordinárias e R\$7.447,47 para ações preferenciais em reais por ação) atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício.

Em dezembro de 2009, foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de R\$12.500 (R\$10.625, líquidos de impostos) e dividendos de R\$487 atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício.

c) Reserva Estatutária

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para reserva para reforço do capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da RCI Brasil, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

16. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2010, aprovou a proposta de remuneração dos administradores para o exercício de 2010, no montante global de até R\$1.200 (2009 - R\$10).

b) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração

	2010
Remuneração Fixa	640
Remuneração Variável	86
Outras	323
Total	1.049

Em 2009 não foi registrado despesas com salários e honorários para a Diretoria e Conselho de Administração.

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da RCI Brasil, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a RCI Brasil;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

e) Participação Acionária

A RCI Brasil é uma joint-venture, cujo capital pertence 59,76% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,58% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

f) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.

Os principais saldos e resultados de transações são:

	2010		2009	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	8.232	-	4.816	-
Banco Santander	8.232	-	4.816	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	90.048	613	7.700	1.255
Banco ABN AMRO Real S.A. (Banco Real) ⁽¹⁾	-	-	-	751
Banco Santander	65.038	526	7.700	502
RCI Leasing	25.010	87	-	2
Operações de Crédito	1.978	20.695	1.569	20.411
Renault do Brasil S.A.	1.466	16.025	1.243	16.066
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.	512	4.670	326	4.345
Títulos e Créditos a Receber	3.152	57.461	5.261	59.572
Renault do Brasil S.A.	3.152	57.461	5.261	59.572
Rendas a Receber	-	-	4.500	9.828
Renault do Brasil S.A.	-	-	4.500	9.828

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Geoffroy Pierre Marie Lopin	Suplente do Presidente do Conselho Stéphane Michel André Stoufflet
--	--

Conselheiros Efetivos				
Alain Gérard Ballu	Éric Jean Spielrein	Luís Felix Cardamone Neto	Pedro Paulo Longuini	Oscar Rodriguez Herrero

Conselheiros Suplentes				
Thierry Gérard Alaux	Gaspar José Pinto Martins Rodrigues	Gustavo José Costa Roxo da Fonseca	Marcos Mاتيoli de Souza Vieira	Carlos Alberto López Galán

DIRETORIA

Diretor Geral Alain Gérard Ballu	Diretor de Risco Thierry Gérard Alaux	Diretor de Relações Institucionais Luís Felix Cardamone Neto	Diretor Administrativo Financeiro Gaspar José Pinto Martins Rodrigues
--	---	--	---

Contador

Fabio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4 S-PR

	2010		2009	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Depósitos Interfinanceiros	(242.499)	(51.792)	(556.949)	(50.567)
Banco Real ⁽¹⁾	-	-	-	(10.981)
Banco Santander	(242.499)	(38.545)	(293.661)	(22.691)
RCI Leasing	-	(13.247)	(263.288)	(16.895)
Recursos de Aceites Cambiais	(220.331)	(27.979)	(210.241)	(15.894)
Renault do Brasil S.A.	(220.331)	(24.058)	(122.785)	(8.923)
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.	-	(3.921)	(87.456)	(6.971)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(51.796)	-	(11.042)	-
Banco Santander	(20.639)	-	(4.400)	-
RCI Banque	(31.157)	-	(6.642)	-

Valores a Pagar a Sociedades Ligadas

(1.051)	(6.327)	(490)	(6.134)
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	(1.051)	(6.327)	(490)
(1.051)	(6.327)	(490)	(6.134)

⁽¹⁾ Instituição incorporada pelo Banco Santander em 30 de abril de 2009.

17. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias Representadas, principalmente, por receitas de prestação de serviços em operações de crédito no valor de R\$4.122 (2009 - R\$10.804) e de tarifas de cadastro em operações de crédito de R\$28.455 (2009 - R\$25.176).

18. Outras Receitas Operacionais

	2010	2009
Reversão de Provisões Operacionais		
Trabalhistas (Nota 14.c)	341	-
Cíveis (Nota 14.c)	554	-
Outras	650	346
Atualização e Recuperação de Impostos	76	-
Recuperação de Encargos e Despesas	663	1.360
Outras	949	153
Total	3.233	1.859

19. Outras Despesas Operacionais

	2010	2009
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 14.c)	461	61
Trabalhistas (Nota 14.c)	-	245
Cíveis (Nota 14.c)	-	332
Outras	982	-
Gastos com Contratos em Atraso	-	1.911
Variação Monetária sobre Impostos e Contribuições	242	-
Convênio Operacional - Renault do Brasil	2.544	2.206
Outras	1.827	672
Total	6.056	5.427

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2010	2009
--	------	------

Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações

Participações no Lucro	105.236	77.967
Juros sobre o Capital Próprio	(493)	(289)
	(15.200)	(12.500)
Resultado antes dos Impostos	89.543	65.178

Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente

	(35.817)	(26.071)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(182)	(216)
Efeito do Diferencial de Alíquota de 9% ⁽¹⁾	-	3.737
Demais Ajustes	(79)	(447)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(36.078)	(22.997)

⁽¹⁾ Em 3 de janeiro de 2008, foi editada a MP 413 (convertida na Lei 11.727/2008) que, entre outras medidas, determina a majoração da alíquota da CSLL de 9% para 15% para instituições financeiras. A MP produziu efeito a partir de 1 de maio de 2008.

21. Outras Informações

a) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

b) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a RCI Brasil aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria e o resumo da descrição da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito foram divulgados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander no Valor Econômico e no Doesp - Diário Oficial do Estado de São Paulo em 4 de fevereiro de 2011.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
<p>Aos</p> <p>Acionistas e Administradores da</p> <p>Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil</p> <p>Curitiba - PR</p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.</p> <p>Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras</p> <p>A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p>	<p>Responsabilidade dos Auditores Independentes</p> <p>Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeira da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>	<p>Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Opinião</p> <p>Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>Curitiba, 4 de fevereiro de 2011</p> <p>DELOITTE TOUCHE TOHMATSU</p> <p>Auditores Independentes</p> <p>CRC nº 2SP 011.609/O-8/F/PR</p> <p>Fernando Carrasco</p> <p>Contador</p> <p>CRC nº 1 SP 157760/O-3 S-PR</p> <p>Deloitte.</p>

Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil

(Atual denominação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil)

CNPJ nº 61.784.278/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Curitiba, fevereiro de 2010

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Nota	2009	2008		Nota	2009	2008
Ativo Circulante		1.039.582	1.017.772	Passivo Circulante		1.087.432	715.533
Disponibilidades	4	4.816	640	Depósitos		887.604	656.199
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	7.700	14.000	Depósitos Interfinanceiros	10.a	887.604	656.199
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		7.700	14.000				
Operações de Crédito	5	999.362	965.387	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		101.921	26.098
Setor Privado		1.030.508	989.063	Recursos de Aceites Cambiais	10.b	101.921	26.098
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	5.e	(31.146)	(23.676)	Outras Obrigações		97.907	33.236
Outros Créditos		26.712	34.778	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados			
Rendas a Receber		4.500	-	Sociais e Estatutárias		627	743
Créditos Tributários	6	14.264	9.189	Fiscais e Previdenciárias	11	11.698	9.654
Diversos	7	7.948	25.589	Diversas	12	19.372	7.019
Outros Valores e Bens		992	2.967			66.210	15.820
Outros Valores e Bens		30	165	Passivo Exigível a Longo Prazo		617.710	490.797
(Provisões para Desvalorizações)		(30)	(117)	Depósitos		218.258	327.219
Despesas Antecipadas		992	2.919	Depósitos Interfinanceiros	10.a	146.545	327.219
Ativo Realizável a Longo Prazo		920.094	394.518	Depósitos a Prazo		71.713	-
Operações de Crédito	5	896.581	372.080				
Setor Privado		905.949	381.304	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		367.803	122.350
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	5.e	(9.368)	(9.224)	Recursos de Aceites Cambiais	10.b	367.803	122.350
Outros Créditos		22.983	20.284	Outras Obrigações		31.649	41.228
Créditos Tributários	6	16.260	14.783	Fiscais e Previdenciárias	11	5.296	753
Diversos	7	6.723	5.501	Diversas	12	26.353	40.475
Outros Valores e Bens		530	2.154				
Despesas Antecipadas		530	2.154	Patrimônio Líquido	14	255.565	207.322
Permanente		1.031	1.362	Capital Social:			
Imobilizado de Uso	8	504	876	De Domiciliados no País		58.136	55.563
Outras Imobilizações de Uso		1.495	1.820	De Domiciliados no Exterior		87.556	83.580
(Depreciações Acumuladas)		(991)	(944)	Reservas de Capital		41	41
Intangível	9	527	486	Reservas de Lucros		109.832	68.138
Ativos Intangíveis		2.009	1.834				
(Amortizações Acumuladas)		(1.482)	(1.348)				
Total do Ativo		1.960.707	1.413.652	Total do Passivo		1.960.707	1.413.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Reservas de Lucros								
	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Reforço de Capital de Giro	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2007		132.022	-	41	6.918	35.735	-	174.716
Aumento de Capital	14.a	7.121	-	-	-	-	-	7.121
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	36.485	36.485
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	-	1.824	-	(1.824)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	-	23.661	(23.661)	-
Juros sobre Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	-	(11.000)	(11.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008		139.143	-	41	8.742	59.396	-	207.322
Aumento de Capital	14.a	6.549	-	-	-	-	-	6.549
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	54.681	54.681
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	-	2.734	-	(2.734)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	-	38.960	(38.960)	-
Dividendos	14.b	-	-	-	-	-	(487)	(487)
Juros sobre Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	-	(12.500)	(12.500)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		145.692	-	41	11.476	98.356	-	255.565
Saldos em 30 de Junho de 2009		139.143	6.549	41	10.077	84.767	-	240.577
Aumento de Capital	14.a	6.549	(6.549)	-	-	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	27.975	27.975
Destinações:								
Reserva Legal		-	-	-	1.399	-	(1.399)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	-	-	13.589	(13.589)	-
Dividendos	14.b	-	-	-	-	-	(487)	(487)
Juros sobre Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	-	(12.500)	(12.500)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009		145.692	-	41	11.476	98.356	-	255.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (Atual denominação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil) (RCI Brasil) é uma sociedade por ações que tem por objetivo principal a prática das operações de crédito, visando sustentar o crescimento das marcas automotoras Renault e Nissan no mercado brasileiro, através do financiamento à rede de concessionárias e ao consumidor final. É uma instituição integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Financeiro Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

A RCI Brasil é uma joint-venture, cujo capital pertence 59,73% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,64% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Atual denominação do Banco Santander S.A.) (Banco Santander) ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Empresa adquirida do Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. (BCIS) por meio da reestruturação societária aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 14 de agosto de 2009 entre o Banco Santander e o BCIS que aprovaram a Incorporação de Ações do BCIS pelo Banco Santander e posterior Incorporação do BCIS pelo Banco Santander. As Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 31 de agosto de 2009, aprovaram a incorporação dos acervos líquido contábeis da Incorporada para o patrimônio do Banco Santander. A incorporação de ações foi homologada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em 28 de setembro de 2009 e a incorporação dos acervos estão em processo de homologação pelo Bacen. Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2009, foi deliberada a alteração da denominação social da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil para Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da RCI Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen. Não foram adotados nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, relacionados ao processo de convergência contábil internacional, mas não homologados pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos Fluxos de Caixa, Caixa e Equivalentes de Caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

e) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

e.1) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20%.

e.2) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciais.

f) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

f.1) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

f.2) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

f.3) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

g) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15% (9% no período de 1 de janeiro a 30 de abril de 2008), após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 6, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

h) Avaliação do Valor Recuperável

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2009, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às Disponibilidades no valor de R\$4.816 (2008 - R\$640) e Aplicações em Depósitos Interfinanceiros de R\$7.700 (2008 - R\$14.000).

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

					2009	2008
					Segundo Semestre	Exercício
					Exercício	Exercício
					2009	2008
					Nota	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira					134.021	253.870
Operações de Crédito					134.019	252.615
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários						220.971
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	16	2	1.255	5.185		
Despesas da Intermediação Financeira					(90.080)	(169.030)
Operações de Captação no Mercado					(76.744)	(150.079)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa					(13.336)	(18.951)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira					43.941	84.840
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais					(6.436)	(7.009)
Receitas de Prestação de Serviços	17	4.950	10.823	4.216		
Rendas de Tarifas Bancárias	17	11.883	25.176	9.545		
Despesas de Pessoal		(4.867)	(9.499)	(8.490)		
Outras Despesas Administrativas		(11.222)	(20.181)	(16.408)		
Despesas Tributárias		(5.131)	(9.760)	(6.273)		
Outras Receitas Operacionais	18	496	1.859	2.790		
Outras Despesas Operacionais	19	(2.545)	(5.427)	(3.354)		
Resultado Operacional					37.505	77.831
Resultado Não Operacional					50	136
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro					37.555	77.967
Imposto de Renda e Contribuição Social	20	(9.695)	(22.997)	(13.648)		
Provisão para Imposto de Renda		(7.111)	(18.545)	(5.402)		
Provisão para Contribuição Social		(4.319)	(11.179)	(2.669)		
Ativo Fiscal Diferido		1.735	6.727	(5.577)		
Participações no Lucro					115	(289)
Lucro Líquido					27.975	54.681
Nº de Ações	14.a	1.829	1.829	1.773		
Lucro Líquido por Ação (em R\$)		15.295,24	29.896,66	20.578,12		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

		2009	2008
	Nota	Segundo Semestre	Exercício
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		27.975	54.681
Ajustes ao Lucro Líquido		14.441	21.404
Depreciações e Amortizações		169	350
Amortização de Diferimento de Comissão		1.246	3.572
Provisão de Passivos Contingentes		1.439	5.120
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.e	13.336	18.951
Provisão (Reversão) para Perdas em Outros Valores e Bens		(8)	(8)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(1.735)	(6.551)
Resultado na Alienação de Valores e Bens		(6)	(30)
Variações em Ativos e Passivos		(45.002)	(75.702)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(269.302)	(577.654)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		10.690	11.920
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(3)	(21)
Aumento (Redução) em Depósitos		5.037	122.444
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites de Emissão de Títulos		205.323	321.276
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		3.253	46.333
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(2.586)	383
Atividades de Investimento			
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio		-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(77)	(80)
Aplicações no Intangível		(175)	(175)
Alienação de Bens Não de Uso Próprio		259	283
Alienação de Imobilizado de Uso		266	266
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		273	294
Atividades de Financiamento			
Aumento de Capital		-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos		-	(2.801)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		-	(2.801)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.313)	(2.124)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	14.829	14.640
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	12.516	12.516
14.640			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil

(Atual denominação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil)

CNPJ nº 61.784.278/0001-91

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Presidente Geoffroy Pierre Marie Lopin		Suplente do Presidente do Conselho Stéphane Michel André Stoufflet		
Conselheiros Efetivos				
Alain Gérard Ballu	Éric Jean Spielrein	Luís Felix Cardamone Neto	Pedro Paulo Longuini	Oscar Rodriguez Herrero
Conselheiros Suplentes				
Thierry Gérard Alaux	Gaspar José Pinto Martins Rodrigues	Gustavo José Costa Roxo da Fonseca	Marcos Matioli de Souza Vieira	Carlos Alberto López Galán
DIRETORIA EXECUTIVA				
Diretor Geral Alain Gérard Ballu	Diretor Risco Thierry Gérard Alaux	Diretor de Relações Institucionais Luís Felix Cardamone Neto		Diretor Administrativo Financeiro Gaspar José Pinto Martins Rodrigues
Contador				
Fabio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4 S-PR				
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES				

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À Diretoria e aos Acionistas da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil Curitiba - PR	no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.	naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil, levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.	3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos	Curitiba, 22 de fevereiro de 2010
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis		DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC nº 2 SP 011.609/O-8 F-PR
		Cosme dos Santos Contador CRC nº 1 RJ 078.160/O-8 T-PR

Deloitte.

**RCI Banque**
groupe **RENAULT**Financeira **RENAULT** **BANCO REAL** **Santander****COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RENAULT DO BRASIL**

C.N.P.J. nº 61.784.278/0001-91 - Sede Social: Rua Pasteur, 463, 2º andar - cj. 203 - Curitiba - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Senhores Acionistas:**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil, relativas às atividades dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2008, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Curitiba, 2 de fevereiro de 2009

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO** - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2008	2007		Nota	2008	2007
Ativo Circulante		1.024.455	946.202	Passivo Circulante		715.533	841.485
Disponibilidades	4	640	491	Depósitos	12.a	656.199	689.634
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	14.000	—	Depósitos Interfinanceiros		656.199	689.634
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		14.000	—	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12.b	26.098	111.811
Operações de Crédito		972.070	920.501	Recursos de Aceites Cambiais		26.098	111.811
Setor Privado	6.a	995.746	944.693	Outras Obrigações		33.236	40.040
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	6.f	(23.676)	(24.192)	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		743	129
Outros Créditos		34.778	16.833	Sociais e Estatutárias	13	9.654	8.878
Créditos Tributários	7	9.189	9.889	Fiscais e Previdenciárias	14	7.019	16.543
Diversos	8	25.589	6.944	Diversas	15	15.820	14.490
Outros Valores e Bens		2.967	8.377	Passivo Exigível a Longo Prazo		490.797	333.486
Outros Valores e Bens		165	535	Depósitos	12.a	327.219	254.918
(Provisões para Desvalorizações)		(117)	(27)	Depósitos Interfinanceiros		327.219	254.918
Despesas Antecipadas	9	2.919	7.869	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		122.350	65.761
Ativo Realizável a Longo Prazo		387.835	401.227	Recursos de Aceites Cambiais	12.b	122.350	65.761
Operações de Crédito	6.a	365.397	369.933	Outras Obrigações		41.228	12.807
Setor Privado		374.621	380.752	Fiscais e Previdenciárias	14	753	252
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	6.f	(9.224)	(10.819)	Diversas	15	40.475	12.555
Outros Créditos		20.284	25.048	Patrimônio Líquido		207.322	174.716
Créditos Tributários	7	14.783	19.660	Capital Social			
Diversos	8	5.501	5.388	De Domiciliados no País	17	55.563	56.188
Outros Valores e Bens		2.154	6.246	De Domiciliados no Exterior		83.580	75.834
Despesas Antecipadas	9	2.154	6.246	Reservas de Capital		41	41
Permanente		1.362	2.258	Reservas de Lucros		68.138	42.653
Investimentos		—	—				
Outros Investimentos		—	10				
(Provisões para Perdas)		—	(10)				
Imobilizado de Uso	10	876	1.938				
Outras Imobilizações de Uso		1.721	3.235				
(Depreciações Acumuladas)		(845)	(1.297)				
Diferido		—	—				
Gastos de Organização e Expansão		99	99				
(Amortizações Acumuladas)		(99)	(99)				
Intangível	11	486	320				
Ativos Intangíveis		1.834	1.205				
(Amortizações Acumuladas)		(1.348)	(885)				
Total do Ativo		1.413.652	1.349.687	Total do Passivo		1.413.652	1.349.687

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira		116.458	225.558	204.236
Operações de Crédito		112.087	220.971	204.044
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		4.969	5.185	192
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(598)	(598)	—
Despesas da Intermediação Financeira		(82.539)	(156.915)	(149.014)
Operações de Captação no Mercado		(73.106)	(136.091)	(121.969)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(9.433)	(20.824)	(27.045)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		33.919	68.643	55.222
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(6.399)	(17.974)	(16.500)
Receitas de Prestação de Serviços	21	855	4.216	15.588
Rendas de Tarifas Bancárias	21	8.538	9.545	—
Despesas de Pessoal	22	(4.746)	(8.490)	(6.459)
Outras Despesas Administrativas	23	(7.426)	(16.408)	(16.422)
Despesas Tributárias	24	(3.300)	(6.273)	(6.867)
Outras Receitas Operacionais	25	2.008	2.790	1.512
Outras Despesas Operacionais	26	(2.328)	(3.354)	(3.852)
Resultado Operacional		27.520	50.669	38.722
Resultado Não Operacional	27	43	(252)	(93)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		27.563	50.417	38.629
Imposto de Renda e Contribuição Social	28	(5.707)	(13.648)	(10.090)
Provisão para Imposto de Renda		277	(5.402)	(12.590)
Provisão para Contribuição Social		(222)	(2.669)	(4.542)
Ativo Fiscal Diferido		(5.762)	(5.577)	7.042
Participação dos Empregados no Lucro		(139)	(284)	(204)
Lucro Líquido		21.717	36.485	28.335
Nº de Ações (Mil)		1.773	1.773	1.704
Lucro Líquido por Ação (em R\$)		12.248,73	20.578,12	16.628,52

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES
DE RECURSOS EM 31 DE DEZEMBRO**
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2007
Origem dos Recursos		284.307
Lucro Líquido do Período		28.335
Ajustes ao Lucro Líquido:		763
Depreciações e Amortizações	23	763
Ajustes de Exercícios Anteriores	17.c	8.379
Recursos de Acionistas		5.631
Aumento de Capital		5.631
Recursos de Terceiros:		241.199
Aumento dos Subgrupos do Passivo		238.435
Depósitos		209.119
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		18.673
Outras Obrigações		10.643
Diminuição dos Subgrupos do Ativo		2.000
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		2.000
Alienação de Bens e Investimentos		764
Bens Não de Uso Próprio		45
Imobilizado de Uso		719
Aplicação dos Recursos		284.875
Dividendos e Bonificações Propostos	17.d	1.174
Juros sobre Capital Próprio	17.d	9.000
Inversões em:		1.875
Bens Não de Uso Próprio		224
Imobilizado de Uso		1.358
Aplicações no Diferido		293
Aumento dos Subgrupos do Ativo		272.826
Operações de Créditos		250.953
Outros Créditos		7.778
Outros Valores e Bens		14.095
Aumento (Redução) das Disponibilidades		(568)
Modificações na Posição Financeira:		
Disponibilidades:		
Início do Período		1.059
Fim do Período		491
Redução das Disponibilidades		(568)

continua →



→ continuação

RCI Banque
groupe RENAULTFinanceira **RENAULT** **BANCO REAL** **Santander****COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RENAULT DO BRASIL**

C.N.P.J. nº 61.784.278/0001-91 - Sede Social: Rua Pasteur, 463, 2º andar - cj. 203 - Curitiba - PR

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	2008 Exercício		Nota	2º Semestre	2008 Exercício
Atividades Operacionais				Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		7.731	15.242
Lucro Líquido		21.717	36.485	Atividades de Investimento			
Ajustes ao Lucro Líquido		20.106	36.977	Aquisição de Bens Não de Uso Próprio		—	(239)
Depreciações e Amortizações		311	657	Aquisição de Imobilizado de Uso		(239)	(661)
Amortização de Diferimento de Comissão		4.055	9.920	Aplicações no Intangível		(119)	(279)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		9.433	20.823	Alienação de Bens Não de Uso Próprio		174	609
Reversão para Desvalorização - Bens Não de Uso		(91)	—	Alienação de Imobilizado de Uso		910	1.180
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		6.380	5.577	Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		726	610
Resultado na Alienação de Valores e Bens		18	—	Atividades de Financiamento			
Variações em Ativos e Passivos		(34.092)	(58.220)	Aumento de Capital		—	7.121
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(146.404)	(67.767)	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos		—	(8.824)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(15.851)	(18.757)	Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		8.457	14.149
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		38	(878)	Aumento Líquido de Caixas e Equivalentes de Caixa		8.457	14.149
Aumento (Redução) em Depósitos		261.379	38.867	Início do Período	4	6.183	491
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites de Emissão de Títulos		(162.923)	(29.124)	Fim do Período	4	14.640	14.640
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		29.669	19.439				

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		126.391	—	41	5.501	10.612	—	142.545
Aumento de Capital		5.631	—	—	—	—	—	5.631
Ajuste de exercícios anteriores	17.c	—	—	—	—	—	8.379	8.379
Lucro Líquido		—	—	—	—	—	28.335	28.335
Destinações:								
Reservas		—	—	—	1.417	25.123	(26.540)	—
Dividendos	17.d	—	—	—	—	—	(1.174)	(1.174)
Juros sobre capital próprio	17.d	—	—	—	—	—	(9.000)	(9.000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		132.022	—	41	6.918	35.735	—	174.716
Aumento de Capital	17.b	7.121	—	—	—	—	—	7.121
Lucro Líquido		—	—	—	—	—	36.485	36.485
Destinações:								
Reservas		—	—	—	1.824	23.661	(25.485)	—
Juros sobre Capital Próprio	17.d	—	—	—	—	—	(11.000)	(11.000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008		139.143	—	41	8.742	59.396	—	207.322
Saldo em 30 de Junho de 2008		137.969	1.174	41	7.656	46.257	—	193.097
Aumento de Capital	17.b	1.174	(1.174)	—	—	—	—	—
Lucro Líquido		—	—	—	—	—	21.717	21.717
Destinações:								
Reservas		—	—	—	1.086	13.139	(14.225)	—
Dividendos Propostos Revertidos	17.d	—	—	—	—	—	3.508	3.508
Juros sobre Capital Próprio	17.d	—	—	—	—	—	(11.000)	(11.000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008		139.143	—	41	8.742	59.396	—	207.322

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**1. Contexto Operacional**

A Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil é uma sociedade por ações que tem por objetivo principal a prática das operações de crédito, visando sustentar o crescimento das marcas automotivas Renault e Nissan no mercado brasileiro, através do financiamento à rede de concessionárias e ao consumidor final.

A Companhia é uma joint-venture, cujo capital pertence 59,73% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,59% ao Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. - BCIS - Empresa do Banco Santander S.A. Neste contexto, a exigência de patrimônio líquido mínimo, decorrente dos acordos da Basileia, é, conforme disposto no artº 6 da Resolução nº 2723/2000, do Banco Central do Brasil, considerada de forma consolidada pela instituição líder (Bancos Santander S.A.), que se encontra enquadrado nas regras correspondentes.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Não foram apresentadas as demonstrações do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, conforme permitido pela regulamentação em vigor.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

3. Principais Práticas Contábeis**a) Apuração do Resultado**

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e Passivos - Circulante e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente. Os títulos classificados como Títulos para Negociação, independente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

c) Caixa e Equivalente de Caixa

Para fins das demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações no mercado aberto são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

e) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrentes de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, os quais estão registrados no resultado do período, sendo registradas provisões para perdas sempre que houver perda permanente no valor de realização de tais títulos e valores mobiliários.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes de forma exponencial. As despesas antecipadas relativas às comissões pagas na colocação de financiamento são apropriadas ao resultado de acordo com a vigência dos respectivos contratos, exceto nos casos de liquidação antecipada ou baixa para prejuízo do referido financiamento, nestes casos as despesas antecipadas são baixadas integralmente para o resultado. A partir de 1º de maio de 2008, conforme estabelecido pela Resolução 3.518 de 6 de dezembro de 2007, as despesas incorridas com prestação de serviços pagos a terceiros proveniente da realização de operações de créditos, as quais são passíveis de ressarcimento pelo cliente e estão estabelecidas nos contratos com o cliente, deixaram de ser registradas como despesas antecipadas da Companhia porque tal comissão deixou de ser embutida na taxa de juros cobrados do adquirente do bem, portanto não mais passível de diferimento. Os valores recebidos dos clientes são repassados diretamente aos prestadores de serviços e não são contabilizados em despesa (resultado) da Companhia.

→ continua



→ continuação

RCI Banque
groupe RENAULT

Financeira RENAULT

BANCO REAL

Santander

COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RENAULT DO BRASIL

C.N.P.J. nº 61.784.278/0001-91 - Sede Social: Rua Pasteur, 463, 2º andar - cj. 203 - Curitiba - PR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

g.1) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20%.

g.2) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logísticas.

h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

h.1) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

h.2) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente sendo somente divulgados os montantes em discussão.

h.3) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

O encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 15% (9% em 2007 e no período de 1 de janeiro a 30 de abril de 2008 para instituições financeiras), após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, e ajustes a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

j) Avaliação do Valor Recuperável

De acordo com a Resolução nº 3566 de 29 de maio de 2008 do Bacen em conjunto ao pronunciamento técnico CPC 1 de 14 de setembro de 2007, a partir de 1 de julho de 2008, os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda do seus valores.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2008	2007
Disponibilidades	640	491
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.000	—
Total	14.640	491

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2008, são representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 14.000, com vencimento para o período de até 90 dias.

6. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Créditos

	2008	2007
Operações de Crédito		
Financiamentos - vendedor	536.651	481.728
Financiamentos - CDC veículos	833.716	843.717
Total	1.370.367	1.325.445
Circulante	995.746	944.693
Longo Prazo	374.621	380.752
b) Abertura por Vencimento		
Vencidas	2008	2007
A vencer:	6.683	11.387
Até 90 dias	543.791	565.802
De 91 a 360 dias	445.272	367.504
Acima de 360 dias	374.621	380.752
Total	1.370.367	1.325.445

b) Abertura por Vencimento

	2008	2007
Vencidas	2008	2007
A vencer:	6.683	11.387
Até 90 dias	543.791	565.802
De 91 a 360 dias	445.272	367.504
Acima de 360 dias	374.621	380.752
Total	1.370.367	1.325.445

c) Composição da Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	2008	2007
Setor Privado		
Indústria	22.257	12.209
Comércio	546.067	501.977
Serviços e Outros	41.724	40.208
Pessoas Físicas	760.319	771.051
Total	1.370.367	1.325.445

d) Concentração da carteira de crédito

	2008		2007	
	R\$	%	R\$	%
10 maiores devedores	170.028	12,41	134.540	10,15
50 seguintes maiores devedores	293.705	21,43	268.218	20,24
100 seguintes maiores devedores	86.811	6,33	93.620	7,06

e) Composição da Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

		Carteira de Crédito		Provisão Requerida	
		2008	2007	2008	2007
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total	Total
AA	—	—	—	780.754	—
A	0,5%	789.650	—	789.650	—
B	1%	11.490	649	12.139	16.341
C	3%	548.017	1.672	549.689	498.140
D	10%	4.400	624	5.024	6.875
E	30%	2.287	447	2.734	4.321
F	50%	809	243	1.052	1.966
G	70%	1.120	318	1.438	2.690
H	100%	5.911	2.730	8.641	14.358
Total		1.363.684	6.683	1.370.367	1.325.445

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

A provisão, como regra geral, observa os percentuais mínimos para cada nível de risco (Resolução nº 2682). Entretanto, percentuais mais elevados, dentro de cada faixa de risco são utilizados com base no julgamento e experiência da Administração, de forma a contemplar avaliações mais prudentes dos riscos de determinados clientes, operações ou carteiras. Em 31 de dezembro de 2008, essa provisão adicional totalizava R\$ 845 (R\$ 696 em 2007).

Em dezembro de 2008 para alinhamento com as novas políticas internas de risco as operações de crédito anteriormente classificadas no nível de risco AA foram reclassificadas para o nível de risco A, gerando o exercício incremento na provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 3.948.

f) Movimentação de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2008	2007
Saldo Inicial	35.011	31.719
Constituições	20.824	27.045
Baixas	(22.935)	(23.753)
Saldo Final	32.900	35.011
Circulante	23.676	24.192
Longo Prazo	9.224	10.819
Créditos Recuperados no Período	6.328	6.563

7. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários:

	Saldo em 31/12/2007	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2008
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	26.838	5.349	(6.832)	25.355
Provisão para Contingências Cíveis	702	339	(245)	796
Provisão para Contingências Trabalhistas	—	189	—	189
Provisão para Despesa de Pessoal	190	149	—	339
Outras Provisões Temporárias	1.818	558	(1.717)	659
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	29.548	6.584	(8.794)	27.338
Créditos Tributários não Registrados	—	(3.366)	—	(3.366)
Total dos Créditos Tributários	29.548	3.218	(8.794)	23.972
Subtotal dos Créditos Tributários Registrados	29.548	3.218	(8.794)	23.972
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	1	—	(1)	—
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	29.549	3.218	(8.795)	23.972
Circulante	9.889	—	—	9.889
Longo Prazo	19.660	—	—	14.783

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi majorada de 9% para 15%, a partir de maio de 2008, para todas as instituições financeiras e entidades equiparadas, nos termos da Lei nº 11.727/08. A entidade pleiteia judicialmente a manutenção da alíquota da CSLL a 9%, no entanto, por tratar-se de obrigação legal, o montante discutido judicialmente (diferença de 6%) vem sendo provisionado. Ainda não temos decisão transitada em julgado. A parcela, dos ativos e passivos diferidos, que estaria sujeita ao acréscimo de 6% vem sendo reconhecida até o limite do reconhecimento do risco da CSLL, seguindo o princípio de conservadorismo e da competência, que em 31 de dezembro de 2008, representa o valor de R\$ 735.

Se, em 31 de dezembro de 2008, a totalidade dos créditos tributários fosse reconhecida utilizando-se a alíquota vigente da CSLL (15%), sem o uso do limite referido no parágrafo acima, o saldo da CSLL diferida e consequentemente o resultado do exercício seriam aumentados em R\$ 3.366.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias	Total	Total
	IRPJ	CSLL	Total	Registrados
2009	5.788	3.473	9.261	9.189
2010	5.420	3.252	8.672	8.672
2011	5.420	3.252	8.672	5.541
2012	335	201	536	447
2013	123	74	197	123
Total	17.086	10.252	27.338	23.972

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do total dos créditos tributários é de R\$ 23.467 (R\$ 25.459 em 2007) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$ 19.410, (R\$ 25.459 em 2007) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

8. Outros Créditos - Diversos

	2008	2007
Devedores por Depósitos em Garantia (1)	5.978	5.388
Devedores Diversos (2)	4.565	5.235
Títulos e Créditos a receber sem característica de concessão de Crédito (3)	20.298	1.193
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	166	437
Outros	83	79
Total	31.090	12.332
Circulante	25.589	6.944
Longo Prazo	5.501	5.388

(1) Referem-se substancialmente a depósito judicial referente a garantia executada pela Companhia e que está sendo contestada judicialmente pelo devedor. A justiça determinou que fosse realizado depósito judicial no montante da garantia executada até que a ação seja julgada.

(2) Devedores Diversos - representados substancialmente por recebimentos de parcelas de financiamento CDC e Vendor por correspondentes bancários, a serem creditados em conta corrente da Financeira no início do mês subsequente.

(3) Referem-se basicamente a diferenciais de equivalência de taxa a receber de empresa do Grupo Renault que são recebidas no mês subsequente.

→ continua



→ continuação

RCI Banque
groupe RENAULTFinanceira **RENAULT** **BANCO REAL** **Santander****COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RENAULT DO BRASIL**

C.N.P.J. nº 61.784.278/0001-91 - Sede Social: Rua Pasteur, 463, 2º andar - cj. 203 - Curitiba - PR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**9. Outros Valores e Bens - Despesas Antecipadas**

Em 31 de dezembro de 2008, referem-se substancialmente às comissões pagas na colocação de financiamentos, no montante de R\$ 5.073. A partir de 1º de maio de 2008, conforme estabelecido pela Resolução 3.518 de 6 de dezembro de 2007, as despesas incorridas com prestação de serviços pagos a terceiros provenientes da realização de operações de créditos, as quais são passíveis de ressarcimento pelo cliente e estão estabelecidas nos contratos com os clientes, deixaram de ser registradas como despesa antecipada da Companhia porque tal comissão deixou de ser embutida na taxa de juros cobrados do adquirente do bem, portanto não mais passível de diferimento. Os valores recebidos dos clientes são repassados diretamente aos prestadores de serviços e não são contabilizados em despesa (resultado) da Companhia.

10. Imobilizado

	2008		2007	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	362	(257)	105	166
Sistemas de Segurança e Comunicações	95	(63)	32	49
Sistemas de Processamento de Dados	587	(300)	287	385
Sistema de Transporte	677	(225)	452	1.338
Total	1.721	(845)	876	1.938

11. Intangível

	2008		2007	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Gastos na aquisição desenvolvimento lógicos ⁽¹⁾	1.834	(1.348)	486	320

⁽¹⁾ Refere-se a desenvolvimento de Software externo**12. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses****a) Depósitos**

	2008		2007	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	303.422	352.777	327.219	983.418

⁽¹⁾ Os depósitos interfinanceiros são pactuados com diversas taxas, sendo a taxa média 14,04% a.a.**Circulante****Longo Prazo****b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**

	2008		2007	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Títulos Cambiais ⁽¹⁾	3.164	22.934	122.350	148.448

⁽¹⁾ Os Títulos Cambiais são pactuados com as seguintes taxas: Pós-fixado 98% a 100% da CDI.**Circulante****Longo Prazo****c) Despesa de Captação no Mercado**

	2008		2007	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Depósitos Interfinanceiros	55.048	103.235	101.524	20.189
Aceites Cambiais	17.845	32.436	20.189	256
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	213	420	256	121.969
Total	73.106	136.091	121.969	121.969

13. Sociais e Estatutárias

	2008		2007	
	2008	2007	2008	2007
Dividendos e Bonificações a Pagar	9.405	8.878	9.405	8.878
Provisão para Participação nos Lucros	249	—	249	—
Total	9.654	8.878	9.654	8.878

14. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações Fiscais e Previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados, em processos judiciais e administrativos.

	2008		2007	
	2008	2007	2008	2007
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	—	15.794	—	15.794
Impostos e Contribuições a Pagar	7.019	982	7.019	982
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 16.b)	753	19	753	19
Total	7.772	16.795	7.772	16.795

Circulante**Longo Prazo**

	2008		2007	
	2008	2007	2008	2007
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis (Nota 16.b)	2.464	2.065	2.464	2.065
Provisão para Pagamentos a Efetuar	—	—	—	—
Despesas de Pessoal	1.200	1.005	1.200	1.005
Despesas Administrativas	1.806	7.181	1.806	7.181
Outros Pagamentos	1.601	1.280	1.601	1.280
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	90	94	90	94
Credores diversos ⁽¹⁾	49.134	15.420	49.134	15.420
Total	56.295	27.045	56.295	27.045

⁽¹⁾ Encontram-se representados basicamente por diferenciais de equivalência de taxas de financiamentos recebidos antecipadamente das empresas do Grupo Renault. Tais recursos são apropriados exponencialmente ao resultado pela fluência dos prazos dos respectivos contratos de financiamentos.

Circulante**Longo Prazo****16. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes dos cursos normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da empresa com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Companhia tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

a) Ativos Contingente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

b) Saldos Patrimoniais dos Passivos Contingentes e Obrigações Legais por Natureza

	2008		2007	
	2008	2007	2008	2007
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 14)	753	19	753	19
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis (Nota 15)	2.464	2.065	2.464	2.065
Provisão para Contingências Trabalhistas	513	—	513	—
Provisão para Outros Passivos Contingentes - Cíveis	1.951	2.065	1.951	2.065
Total	3.217	2.084	3.217	2.084

c) Movimentação dos Passivos Contingentes e Obrigações Legais

	2008		2007	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	19	—	—	2.065
Constituição	1.703	513	639	—
Reversão	(969)	—	(689)	—
Outros	—	—	(64)	—
Saldo Final	753	513	1.951	1.951

d) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. O principal processo é: CSLL - majoração de alíquotas 15% - 9% - R\$ 735 - Pleito em relação à diferença de alíquota da CSLL, exigida das instituições financeiras e entidades equiparadas a partir de maio de 2008, tendo em vista que a mesma era superior às aplicadas às pessoas jurídicas em geral. Aguardando decisões em primeira instância.

e) Contingências Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados e terceiros pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e vínculo empregatício.

As ações trabalhistas são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Contingências Cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito:

f.1) As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos.

f.2) As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. As ações cíveis são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Passivos Contingentes Classificados com Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista no montante de R\$ 724 e cível R\$ 4.535 classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como riscos de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

17. Patrimônio Líquido**a) Capital Social**

O capital social em 31 de dezembro de 2008 é composto de 1.773 ações (1.704 em 2007), sem valor nominal assim demonstrado:

	2008			2007		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	349	353	702	335	339	674
De Domiciliados no Exterior	527	532	1.059	506	512	1.018
Conselheiros	12	—	12	12	—	12
Total	888	885	1.773	853	851	1.704

b) Aumento de Capital

Em 28 de janeiro de 2008 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$ 5.947 mediante a emissão de 58 novas ações nominativas, sem valor nominal, sendo 29 ações ordinárias e 29 ações preferenciais, homologado pelo Banco Central do Brasil em 5 de maio de 2008.

Em 30 de junho de 2008 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$ 1.174 mediante a emissão de 11 novas ações nominativas, sem valor nominal, sendo 6 ações ordinárias e 5 ações preferenciais, homologado pelo Banco Central do Brasil em 21 de agosto de 2008.

c) Ajuste de Exercícios Anteriores

Em 31 de dezembro de 2007 o saldo de R\$ 8.379 líquido dos efeitos tributários, refere-se ao diferimento dos gastos de comissão de retorno financeiro efetuados aos revendedores, desse montante R\$ 5.249 líquido dos efeitos tributários, foram apropriados ao resultado do exercício de 2007 e o restante durante o exercício de 2008.

d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

Os dividendos foram apurados conforme segue:

	2008		2007	
	2008	2007	2008	2007
Lucro Líquido	36.485	28.335	36.485	28.335
Reserva Legal	(1.824)	(1.417)	(1.824)	(1.417)
Ajuste de exercícios anteriores	—	8.379	—	8.379
Base de cálculo	34.661	35.297	34.661	35.297
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	8.665	8.824	8.665	8.824
Juros sobre o Capital Próprio - Provisionado	11.000	9.000	11.000	9.000
Impostos de Renda Retido na Fonte - 15%	(1.650)	(1.350)	(1.650)	(1.350)
Juros sobre o Capital Próprio Líquido de Imposto a Pagar Imputado ao Dividendo	9.350	7.650	9.350	7.650
Complemento do Dividendo Mínimo Obrigatório	—	1.174	—	1.174
Total	9.350	8.824	9.350	8.824

Em 28 de janeiro de 2008, deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, foram pagos os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 7.650, líquido de impostos, sendo R\$ 1.703 pagos aos acionistas, R\$ 3.486 foi recapitalizado pelo RCI Banque e R\$ 2.461 foi recapitalizado pelo sócio Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A..

Em 28 de janeiro de 2009, deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, foram pagos os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 9.350, líquido de impostos, sendo R\$ 2.802 pagos aos acionistas, R\$ 3.976 foi recapitalizado pelo RCI Banque e R\$ 2.572 foi recapitalizado pelo sócio Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A..

e) Reserva Estatutária

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para reserva para reforço do capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital.

18. Índice de Basileia

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 11% do Patrimônio Exigido. A partir de julho de 2008, entram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de créditos e riscos operacionais. Este índice é calculado de forma consolidada e em 31 de dezembro de 2008 atingiu 14,7% desconsiderando o efeito do ágio referente à incorporação de ações do Banco Real e da AAB Dois Participações no patrimônio líquido de referência do Banco Santander S.A., conforme determinado pela regra internacional.

19. Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante o exercício de 2008 a Companhia realizou operações de swaps, as quais foram totalmente liquidadas em dezembro de 2008, gerando um resultado negativo de R\$ 598.

→ continua

**RCI Banque**
groupe RENAULT

Financeira RENAULT

BANCO REAL

Santander

COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RENAULT DO BRASIL

C.N.P.J. nº 61.784.278/0001-91 - Sede Social: Rua Pasteur, 463, 2º andar - cj. 203 - Curitiba - PR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Transações entre Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (Prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	2008		2007	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades				
Banco ABN AMRO Real S.A.	640	—	491	—
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros				
Banco Sudameris Brasil S.A.	—	—	—	10
Banco ABN AMRO Real S.A.	14.000	596	—	6
Operações Compromissadas				
Banco ABN AMRO Real S.A.	—	3.947	—	—
Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos				
Banco ABN AMRO Real S.A.	—	(598)	—	—
Valores a Receber de Sociedades Ligadas				
Renault do Brasil S.A.	20.502	44.119	2.371	35.078
Renault do Brasil Com. e Participações Ltda.	398	4.628	352	4.127
Depósitos				
Banco Sudameris Brasil S.A.	—	—	—	(19.807)
Banco ABN AMRO Real S.A.	(380.808)	(50.485)	(419.474)	(22.317)
Banco Santander S.A.	(14.778)	(594)	—	—
Cia. Arrendamento Mercantil Renault do Brasil	(155.952)	(11.847)	—	—
Dividendos e Bonificações a Pagar				
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A.	(3.733)	—	(3.494)	—
RCI Banque	(5.617)	—	(5.353)	—
Valores a Pagar Sociedades Ligadas				
Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A.	—	(4.022)	—	—
Cia. Arrendamento Mercantil Renault do Brasil	(90)	(168)	(94)	(1.063)
Banco Sudameris Brasil S.A.	—	—	—	(2.181)
Banco ABN AMRO Real S.A.	—	—	—	(1.921)

21. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	2008		2007	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Operações de Crédito e Garantias Prestadas (*)	851	4.212	15.588	
Rendas de Tarifas Bancárias	8.538	9.545	—	
Outras	4	4	—	
Total	9.393	13.761	15.588	

(*) A taxa de abertura de crédito foi extinta para pessoas físicas a partir de 30 de abril de 2008.

22. Despesas de Pessoal

	2008		2007	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Remuneração	3.119	5.568	4.270	
Encargos	1.119	1.969	1.438	
Benefícios	426	794	666	
Treinamento	80	156	82	
Outras	2	3	3	
Total	4.746	8.490	6.459	

23. Outras Despesas Administrativas

	2008		2007	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	2.322	4.410	3.965	
Serviço Prestados de Sociedades Ligadas	2.152	4.190	5.165	
Promoções e Relações Públicas	94	1.386	2.080	
Viagens	666	1.411	1.127	
Serviço Processamentos de Dados	7	640	735	
Depreciações e Amortizações	311	657	763	
Serviços do Sistema Financeiros	303	803	987	
Custas Cartoriais	507	749	873	
Outras	1.064	2.162	727	
Total	7.426	16.408	16.422	

24. Despesas Tributárias

	2008		2007	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Despesa com Cofins	2.311	4.594	4.835	
Despesa com ISS	478	709	803	
Despesa com PIS/Pasep	376	748	788	
Outras Despesas Tributárias	135	222	441	
Total	3.300	6.273	6.867	

25. Outras Receitas Operacionais

	2008		2007	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Recuperação de Encargos e Despesas	977	1.522	1.464	
Reversão de Provisões Operacionais	245	245	48	
Outras	786	1.023	—	
Total	2.008	2.790	1.512	

26. Outras Despesas Operacionais

	2008		2007	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Provisões Operacionais Trabalhistas e Cíveis	694	757	—	
Gastos com Contratos em Atraso	1.409	2.467	1.942	
Outras	225	130	1.910	
Total	2.328	3.354	3.852	

27. Resultado Não Operacional

	2008		2007	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Resultado na Alienação de Valores e Bens	100	118	85	
Ganho (Perdas) de Capital	(57)	(308)	63	
Outras	—	(62)	(241)	
Total	43	(252)	(93)	

28. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2008		2007	
	2º Semestre	Exercício	Exercício	
Resultado Antes dos Impostos - Líquido de Participações	27.424	50.133	38.425	
Juros Sobre o Capital Próprio	(11.000)	(11.000)	(9.000)	
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.570)	(15.653)	(10.005)	
As alíquotas de 25% e 15% respectivamente	(129)	(395)	(112)	
Despesas indedutíveis líquidas de Receitas Não Tributáveis	997	2.399	—	
Efeitos de mudança na alíquota de 9% para 15% (*)	(6)	1	27	
Demais ajustes	(5.708)	(13.648)	(10.090)	

(*) Em 3 de janeiro de 2008, foi editada a Medida Provisória (MP) 413 que, entre outras medidas, determina a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 9% para 15% no caso de instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização. A MP produziu efeito a partir de 1º de maio de 2008. Para as demais empresas a alíquota de contribuição social é de 9%.

29. Outras Informações

Em atendimento à Resolução do CMN 3.198/2004, o Santander aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da Instituição líder, Banco Santander S.A.. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado nas Demonstrações Financeiras do Banco Santander S.A. em 6 de fevereiro de 2009 nas edições da Gazeta Mercantil e Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GEOFFROY PIERRE MARIE LOPIN Presidente	STÉPHANE MICHEL ANDRÉ STOUFFLET Suplente do Presidente do Conselho
Conselheiros Efetivos ALAIN GÉRARD BALLU ÉRIC JEAN SPIELREIN FRANCISCO DI ROBERTO JÚNIOR LUÍS FELIX CARDAMONE NETO PEDRO PAULO LONGUINI	Conselheiros Suplentes GASPAR JOSÉ PINTO MARTINS RODRIGUES GUSTAVO JOSÉ COSTA ROXO DA FONSECA MARCOS MATIOLI DE SOUZA VIEIRA THIERRY GERARD ALAUX

DIRETORIA

ALAIN GÉRARD BALLU Diretor Geral	LUÍS FELIX CARDAMONE NETO Diretor de Vendas e Rede
THIERRY GERARD ALAUX Diretor de Risco	GASPAR JOSÉ PINTO MARTINS RODRIGUES Diretor Administrativo Financeiro
CONTADOR	
PAULO GIOVANNI CLAVER - CRC - 1SP134320/O-5 - S PR	

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À Diretoria e aos Acionistas da

Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil
Curitiba - PR

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício e semestre findos naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados;

e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião as demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil, em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa correspondentes ao exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 8 de fevereiro de 2008.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011.609/O-8 F-PR
Cosme dos Santos
Contador
CRC nº 1 RJ 078.160/O-8 T-PR

Deloitte.